Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Sábado, 29 de junho, a segunda-feira, 1º de julho de 2024

EDIÇÃO 25.111

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50
1 8 1 0 1 9 3 2 1 6 6 0 2

Minas vai receber aportes de R$ 58 bi em energia

POLÍTICA Planos de investimentos do governo federal no Estado incluem diversas áreas

Incluindo as áreas de cultura, educação, saúde, infraestrutura e energia, os planos de investimentos do governo federal em Minas Gerais foram apresentados na sexta-feira (28) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e uma comitiva de ministros, em solenidade no Minascentro, em Belo Horizonte.

Por meio do Circuito Mineiro de Investimentos em Transição Energética, divulgado no encontro, R$ 58 bilhões serão aportados no Estado. Do montante, R$ 31 bilhões serão destinados à geração de energia elétrica renovável; R$ 23 bilhões para linhas de transmissão, com geração de 40 mil empregos; e R$ 4 bilhões para biocombustíveis. Outros R$ 3,5 bilhões serão investidos na construção de quase 6,5 quilômetros de linhas de transmissão e subestações de energia em 29 municípios, principalmente no Norte do Estado. A malha rodoviária mineira, a maior do País, receberá R$ 1 bilhão neste ano. PÁG. 7

O governo federal vai destinar R$ 23 bilhões para a ampliação das linhas de transmissão de energia em Minas Gerais FOTO: PAULO WHITAKER / REUTERS

Obras do Rodoanel Metropolitano de BH serão iniciadas em Sabará e Santa Luzia

A construção do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte será iniciada em Sabará e Santa Luzia, na RMBH. As obras deveriam começar no segundo semestre deste ano, mas a estimativa passou para o segundo trimestre de 2025. O governo mineiro e a INC S.P.A, empresa responsável pelo projeto, ainda tentam antecipar a data. A nova via deve reduzir o o fluxo de veículos no Anel Rodoviário. PÁG. 3

O fluxo de veículos no Anel Rodoviário deverá ser reduzido com a construção do Rodoanel FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

Expocachaça 2024 deve movimentar R$ 30 milhões em quatro dias

Reunindo a cadeia da cachaça e outros produtos artesanais de Minas Gerais, como cervejas, doces, azeites e vinhos, a 33ª edição do Expocachaça 2024 deve movimentar, no mínimo, R$ 30 milhões em negócios. Realizado pela primeira vez no Centerminas Expo, em Belo Horizonte, entre 4 e 7 de julho, o evento terá a participação de cerca de 250 expositores e mais de 2 mil produtos. PÁG. 8

A Expocachaça vai reunir em torno de 250 expositores e mais de 2 mil produtos em Belo Horizonte FOTO: DIVULGAÇÃO / DOUGLAS CASTRO

Principal legado em 30 anos do Plano Real é a estabilidade econômica do País

Considerado um divisor de águas na economia nacional, o Plano Real chega aos 30 anos. O arrojado programa de estabilização econômica do governo Itamar Franco foi lançado em 1994, depois de a inflação oficial do País atingir 2.477% no ano anterior. Dirigentes de entidades empresariais e economistas consultados pelo Diário do Comércio avaliam que o plano contribuiu para dar mais previsibilidade aos negócios e aumentou o poder de compra dos consumidores, que ficaram livres da remarcação diária de preços. PÁGS. 14 e 15

O poder de compra dos consumidores cresceu com o Plano Real FOTO: JOSÉ CRUZ / AGÊNCIA BRASIL

Negócios de impacto ganham propostas de MG PÁG. 9

Ceasa fica fora do Programa de Desestatização PÁG. 5

Férias aquecem a demanda de oficina mecânica PÁG. 4

Globalfruit prevê avanço de 20% no faturamento PÁG. 11

ARTIGOS

EDITORIAL

Os acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2022 em Brasília não podem ser reduzidos ao resultado esperado de uma querela política, do acirramento de ânimos entre os dois grupos que dividiram o País ao meio. Este seria um reducionismo de conveniência e da mais alta periculosidade. Os distúrbios em Brasília, de proporções únicas em toda a história do País e culminando com invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, ganharam proporções institucionais, claríssima tentativa de ruptura da ordem, tudo num movimento bem ensaiado e claramente movido por ambições. Se não como resultado de interesses contrariados. Não existe espaço para qualquer outro tipo de raciocínio, para relativizar a atuação dos implicados, muito menos para oferecer-lhes algum tipo de anistia, conforme movimentos ensaiados na Câmara dos Deputados e em outras esferas. PÁG. 2

DÓLAR DIA 28

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,5880	R$ 5,5880
TURISMO	R$ 5,6150	R$ 5,7950
PTAX (BC)	R$ 5,5583	R$ 5,5589

EURO DIA 28

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,9535	R$ 5,9547

OURO DIA 28

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.326,73
BM&F (g)	R$ 416,04

TR dia 1º	0,0365%
POUPANÇA dia 1º	0,5367%
IPCA – IBGE maio	0,46%
IPCA – IPEAD maio	0,62%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA

24/06	25/06	26/06	27/06	28/06
+1,07	-0,25	+0,25	+1,36	-0,32

OPINIÃO

Carta Aberta aos desembargadores do TJMG

José Anchieta da Silva
Presidente da ACMinas

A ACMinas, legítima representante dos interesses dos empresários (desde 1901), atendendo a chamado do Tribunal de Minas, compareceu à concorrida audiência pública realizada no referido Tribunal, com a finalidade de ouvir a comunidade jurídica (em sentido amplo) sobre a manutenção, aperfeiçoamento ou modificação na sua estrutura de prestação jurisdicional, debatendo sobre a necessidade de aprimoramento das câmaras especializadas (as já existentes), exatamente os órgãos fracionários da Corte julgadora, com a missão de julgar o maior volume de recursos judiciais ali aportados. Não fugiu à percepção dos presentes e manifestantes – todos – a possibilidade de uma pura e simples extinção das câmaras especializadas e em funcionamento. É preciso registrar, desde logo, que esta última possibilidade, um retrocesso, seria um desserviço a toda a comunidade de jurisdicionados. Merece, pois, ser rechaçada.

Como ponto de partida, é preciso trazer a texto a relevância da figura do empresário, esse sujeito de Direito que atende por outros codinomes, o que identificam como empregador, pagador e recolhedor de tributos, parceiro do Estado e agente-construtor da paz social. Sem ação empreendedora seria impossível uma sociedade em paz. Afinado embora com todos os demais setores que, por razões adicionais, também defendem a manutenção ou a criação de câmaras especializadas, a ACMinas dedicará a sua atenção às câmaras cuja competência se cinge às demandas de espectro empresarial.

Os processos judiciais no âmbito empresarial são portadores de uma "viscosidade" que não pode ser desconhecida: nas ações de recuperação judicial, assim como nas ações de falência, ações sem réu, está aprisionado um conjunto de interesses de toda uma coletividade; nas ações de cunho societário se fazem presentes interesses para além da dualidade de autor-e-réu, contaminadas por efeitos econômicos que podem mudar a sorte de gerações; nas ações derivadas de procedimentos de arbitragem, a presença da justiça estatal, quando necessária, é relevante para fazer valer as decisões dos procedimentos privados. De se lembrar: o tempo da empresa não é o tempo do processo.

Não pode a sociedade brasileira tornar-se refém de um "regimentalismo exacerbado". No ponto, uma contribuição a mais. No Brasil, o seu sistema de leis tem se aprimorado na disponibilização de uma legislação moderna. Não pode, portanto, um Poder Judiciário que se propõe modernizador deixar de lado a especialização de seus órgãos julgadores.

Essas razões escritas, que têm por destinatário cada um dos desembargadores integrantes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a cujo sodalício a ACMinas mais do que centenária dedica o maior respeito, contêm um único pedido: que sejam mantidas e aprimoradas as câmaras especializadas, de modo especial, as câmaras encarregadas de julgar os feitos empresariais.

O Arcebispo e o governador

Cesar Vanucci
Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

"Dom Alexandre defendia, com destemor, perante qualquer poder, o direito e a liberdade."
(José Vicente Bracarense, Coronel PM)

Prometi contar, no último artigo, como transcorreu o encontro histórico do Arcebispo de Uberaba, Dom Alexandre Gonçalves Amaral, o grande teólogo, pastor-guia de várias gerações, no Palácio da Liberdade, em abril de 64, com o governador Magalhães Pinto.

Do tenso encontro, a portas fechadas, foi testemunha ocular um parlamentar de saudosa memória, amigo de minha família, Hilo Andrade, Delegado-Geral de Polícia, com brilhante folha de serviços. Hilo narrou-me a estupenda cena. Classificou o desempenho de Alexandre de uma grandeza moral e cívica jamais por ele, em momento algum, presenciada. Dá até para recompô-la. De um lado, altivo nos gestos respeitosos e na postura serena, o nosso inesquecível Alexandre, acompanhado de ilustre religioso, companheiro seu de inúmeras jornadas, saudoso Pe Hiron Fleury Curado. Do outro lado, rodeado de assessores militares e civis, todo conciliador, o governador dos mineiros. O relato incandescente e vigoroso do Bispo. O ambiente solene em que se podia ouvir, nos intervalos do aceso diálogo, o zumbido de insetos. Um momento épico único, memorável na crônica dos direitos humanos. Alexandre, com seu verbo poderoso, deixou evidente a disposição de apelar para remédios extremos, contidos na legislação canônica, caso não fosse possível pôr cobro nos abusos que vinham sendo praticados em Uberaba e outras cidades. O governador entendeu o recado. Ordenou, na mesma hora, sem hesitações, a substituição imediata dos comandos policial, civil e militar, na região do Triângulo. O ilustre Coronel José Vicente Bracarense, do gabinete militar do Palácio da Liberdade, foi designado comandante do 4º BI. E deu, anos mais tarde, um depoimento elucidativo sobre as expressas ordens que lhe foram passadas, naquele dia, no sentido de que seguisse imediatamente para Uberaba de modo a "consertar aquilo lá". Consertou. Ficou por lá. Nunca mais deixou a cidade. No final da audiência, Magalhães Pinto reteve o deputado Hilo para sussurrar-lhe, comovido: "Esse Dom Alexandre! Que homem, hein Hilo?" Hilo Andrade narrou-me os fatos com os olhos marejados, fazendo força para conter a emoção.

"O governador entendeu o recado. Ordenou, na mesma hora, sem hesitações, a substituição imediata dos comandos policial, civil e militar, na região do Triângulo"

Este Dom Alexandre foi um autêntico homem de Deus. Homem na acepção mais completa da palavra, símbolo de apostolicidade e desassombro cívico. Patrocinador da Ação Católica, defensor dos direitos humanos, acreditava em princípios e, justamente por isso, enfrentou galhardamente os abusos políticos de momentos trevosos da história.

Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde, esteve em Uberaba para manifestar gratidão a Alexandre em nome do Laicato católico, pela posição que adotou frente ao arbítrio.

EDITORIAL

Não cabe esquecer

Os acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2022 em Brasília não podem ser reduzidos ao resultado esperado de uma querela política, do acirramento de ânimos entre os dois grupos que dividiram o País ao meio. Este seria um reducionismo de conveniência e da mais alta periculosidade. Os distúrbios em Brasília, de proporções únicas em toda a história do País e culminando com invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, ganharam proporções institucionais, claríssima tentativa de ruptura da ordem, tudo num movimento bem ensaiado e claramente movido por ambições. Se não como resultado de interesses contrariados.

O entendimento do que se passou não pode ser medido apenas pelo balanço das depredações ocorridas ou pelo seu custo, muito menos e conforme tem ocorrido por pura e simples negação dos fatos. Com o extremo, já bem conhecido, de elementos que comprovadamente tiveram participação ativa e comprovada nas invasões e suas consequências afirmarem que estariam apenas se protegendo de bombas ou, ainda pior, tão somente num momento de oração pelos destinos do País. Inocentes úteis, sim, muitos deles, chamados a provocar a baderna que, na imaginação fértil mas distorcida dos articuladores do movimento, levaria a rebelião de proporções ainda maiores e, dessa forma, a uma intervenção militar. Pura e simplesmente, um canhestro golpe de Estado que só não prosperou porque faltou o esperado suporte nos altos escalões militares.

Tudo, cabe lembrar também, feito abertamente e às claras, sobretudo nos tais acampamentos nas portas de quartéis onde golpe militar era pedido abertamente, quando não exigido como manifestação do mais esdrúxulo patriotismo. Definitivamente não é possível relativizar, tanto quanto não lograram sucesso as tentativas iniciais de atribuir os acontecimentos à atuação de "infiltrados" ou a falhas nos sistemas de segurança que teriam acontecido por conta da conivência do governo recém-empossado. A verdade que desde sempre saltou aos olhos vai aos poucos sendo confirmada pelos inquéritos e processos em andamento.

Resumindo e para concluir, não existe espaço para qualquer outro tipo de raciocínio, para relativizar a atuação dos implicados, muito menos para oferecer-lhes algum tipo de anistia, conforme movimentos ensaiados na Câmara dos Deputados e em outras esferas. O que aconteceu no dia 8 de janeiro não pode ser esquecido, tampouco relativizado. Os autores, principalmente os mentores ainda não alcançados, sob devido processo legal, deverão responder pelos seus atos. Não cabe esquecimento que seria na verdade convite a novos atentados à liberdade e à democracia.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick
Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br

SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana

ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana

PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50

Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

ECONOMIA

Implantação da nova rodovia deve desafogar o trânsito no Anel Rodoviário de Belo Horizonte FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO CARVALHO

Rodoanel: obra começa por Sabará e Santa Luzia

RODOVIA Projeto orçado em R$ 5 bilhões deve ser iniciado no próximo ano e conclusão pode ser antecipada para 2028

MARA BIANCHETTI, Editora

As obras do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte serão iniciadas pelos municípios de Sabará e Santa Luzia, na região metropolitana. O cronograma original previa o começo dos trabalhos agora no segundo semestre, o que não deve ocorrer. A atual estimativa é para o segundo trimestre de 2025, mas o governo de Minas Gerais e a INC S.P.A, empresa responsável pelo projeto, tentam antecipar a data.

Segundo informações da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra), neste momento, ocorre a primeira fase de planejamento do projeto executivo, que inclui a análise da documentação necessária para o licenciamento ambiental, junto ao órgão ambiental estadual.

O contrato, assinado em 31 de março de 2023, prevê prazos de aproximadamente 18 meses para os estudos e licenciamento prévio e 12 meses para o licenciamento de instalação e operação.

"O governo de Minas, em acordo com a concessionária, está empenhado em antecipar o início das obras, em relação aos prazos contratuais estabelecidos. Os trabalhos serão iniciados pelos municípios de Sabará e Santa Luzia", informou a Secretaria, diante dos questionamentos do Diário do Comércio quanto ao cumprimento dos prazos.

De acordo com a Pasta, o documento foi formalizado junto à Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) em março de 2024, e a análise dos documentos solicitados, via Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), está em andamento.

Sobre o cronograma, em maio, em encontro com jornalistas, o governador Romeu Zema (Novo) comentou que a obra será entregue pelo próximo líder do Executivo estadual.

Antecipação - De toda maneira, sua equipe também tenta que, ao invés de 2029, prazo de conclusão projetado em contrato, o Rodoanel Metropolitano seja entregue em 2028. "Esperamos que, ao invés de 2029, quando é o prazo de conclusão, o Rodoanel Metropolitano seja concluído em 2028. Nossa meta é ver essa rodovia, que vai começar do zero, em pleno funcionamento", disse o secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias, Pedro Bruno Barros de Souza, durante evento na Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas) também em maio.

> **"O governo de Minas, em acordo com a concessionária, está empenhado em antecipar o início das obras"**

O projeto, orçado em cerca de R$ 5 bilhões, promete desafogar o trânsito da Grande Belo Horizonte e diminuir o número de acidentes na região. Além disso, existe uma estimativa de redução do tempo de viagem entre 30 e 50 minutos e uma queda de aproximadamente mil ocorrências por ano, ao dar vazão ao intenso fluxo atual do Anel Rodoviário da Capital.

Do total a ser investido no Rodoanel Metropolitano, R$ 3,072 bilhões são recursos provenientes do acordo de reparação pelo rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, ocorrido em 2019. Além disso, a concessionária deverá investir cerca de R$ 2 bilhões para financiar a implantação, manutenção e operação da via, que vai passar por Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Contagem e Betim.

Ao todo, serão implantados aproximadamente 70 quilômetros de rodovia em pista dupla classe 0, cerca de 49 obras de artes especiais como viadutos e túneis, 100% *freeflow* – com sistema de pagamento automático de pedágio, serviço de atendimento ao usuário, controle total de acessos /alta mobilidade e 8 interseções e dois acessos simples.

SANEAMENTO

Copasa vai realizar investimentos de R$ 100 milhões em Ubá

RAFAEL TOMAZ, Editor

A Companhia de Abastecimento de Minas Gerais (Copasa) vai investir aproximadamente R$ 100 milhões em Ubá (Zona da Mata). Os recursos serão direcionados para a etapa complementar das obras Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do município.

O diretor de Desenvolvimento Tecnológico, Meio Ambiente e Empreendimentos da Copasa, Pablo Ferraço Andreão, que esteve em Ubá para visitar as instalações da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na quinta-feira, anunciou o projeto. A previsão é de que até o final de novembro deste ano os ubaenses já comecem a contar com os benefícios do tratamento de esgoto.

O novo investimento prevê a implantação de mais de 11 quilômetros de redes coletoras, 3 mil ligações prediais, 22 quilômetros de interceptores, 2 quilômetros de estruturas de contenção, 14 estações elevatórias e a complementação da ETE com três decantadores e uma elevatória de lodo.

"Mesmo diante dos desafios que encontramos ao longo da execução dos serviços, a Copasa seguiu investindo e atuando em outras frentes para garantir que as obras pudessem ser entregues à população, o que já está muito perto de ocorrer", disse Pablo.

Entre os desafios estão as três grandes enchentes que atingiram a cidade em 2020 e que alteraram consideravelmente a margem do ribeirão Ubá, previamente delineada para a instalação dos interceptores.

Além disso, questões referentes à regularização fundiária de áreas pertencentes a terceiros também foi outro grande gargalo encontrado pela empresa e que contribuiu para a não conclusão do escopo original licitado.

As obras do Sistema de Esgotamento Sanitário de Ubá começaram em fevereiro de 2021, com um investimento inicial de R$116 milhões, financiados pelo banco alemão KFW. Até aqui, a Copasa já instalou mais de 11 quilômetros de redes coletoras, 16 quilômetros de interceptores, 950 metros de emissário e mais de 90% de toda a estrutura da Estação de Tratamento de Esgoto.

Com o início da operação da ETE ainda este ano, a Copasa estará antecipando em aproximadamente sete anos a universalização dos serviços em Ubá, considerando o prazo de 2033 estabelecido no Novo Marco do Saneamento.

A agenda do diretor da Copasa em Ubá contou ainda com reunião com a administração municipal para discutir o andamento das obras e outros projetos de saneamento e abastecimento de água, previstos e em andamento no município. **(Com informações da Agência Minas)**

Perigo oculto nos sistemas antifraude

Denis Furtado
Engenheiro de sistemas e diretor da SmartSolutions, distribuidora brasileira de plataforma antifraude e de cibersegurança

No mundo financeiro, onde cada transação representa uma oportunidade para ganhos e, simultaneamente, para perdas devido a fraudes, a escolha do sistema antifraude adequado é uma decisão de extrema importância. Para bancos, emissores de cartões de crédito e outras instituições financeiras, a implementação de sistemas antifraude não é apenas uma necessidade operacional, mas um imperativo estratégico.

Eles ocorrem quando transações legítimas são erroneamente classificadas como fraudulentas e bloqueadas, sendo prejudicial para os negócios. Imagine a situação de umcliente que, ao realizar uma compra de valor elevado, tem sua transação recusada. Frustrado pela inconveniência, pode optar por utilizar outra forma de pagamento, resultando em perda de receita e, pior ainda, em danos à reputação da instituição financeira. Como deu para perceber, a escolha de um sistema antifraude é muito séria!

> *"Para os bancos e emissores de cartões de crédito, o objetivo mais urgente é adotar uma solução antifraude que equilibre segurança e conveniência. Não se pode sacrificar a experiência do cliente em nome da prevenção "*

Ecossistemas que adotam uma abordagem rígida e genérica, bloqueando transações com base em critérios simplistas e inflexíveis, podem parecer eficazes no combate às fraudes, mas na realidade, causam um dano significativo ao negócio. Esses sistemas, ao não considerar o contexto ou o comportamento do consumidor, aumentam a incidência de falsos positivos.

Os líderes de TI e executivos das instituições financeiras precisam entender a importância de adotar sistemas antifraude que empreguem uma abordagem multifacetada. Uma ferramenta antifraude eficaz precisa ir além da simples detecção de divergências.

Deve integrar dados comportamentais, utilizar inteligência artificial e analisar uma variedade de indicadores para distinguir com precisão entre transações legítimas e fraudulentas. Tecnologias avançadas como machine learning permitem a evolução e adaptação contínua, melhorando sua precisão e reduzindo falsos positivos ao longo do tempo.

Ao integrar dados históricos e comportamentais, esses sistemas conseguem aprender o padrão de comportamento de cada cliente, identificando transações suspeitas com maior precisão.

Para os bancos e emissores de cartões de crédito, o objetivo mais urgente é adotar uma solução antifraude que equilibre segurança e conveniência. Não se pode sacrificar a experiência do cliente em nome da prevenção. Em vez disso, é preciso investir em tecnologias avançadas que permitam uma análise mais sofisticada e contextual das transações.

A necessidade é clara: revisem seus sistemas antifraude, optem por soluções flexíveis e reconheçam que a verdadeira segurança está na precisão, não na rigidez. Somente assim será menos doloroso proteger suas finanças e, ao mesmo tempo, manter a confiança e a satisfação de seus clientes.

Reparação automotiva deve crescer 20% com férias

SERVIÇOS Estimativa é do presidente do Sindirepa-MG, Alexandre Mol, para mês de julho; um dos principais entraves do setor é a falta de mão de obra

RODRIGO MOINHOS

Com a aproximação das férias de julho, o setor de reparação automotiva em Minas Gerais deverá ter um incremento de até 20% na demanda. A procura pelos serviços em oficinas é constante e, com a proximidade desse período, as pessoas lembram de fazer revisão, o que deveria ser uma ação preventiva e não corretiva. É a avaliação do presidente do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos do Estado de Minas Gerais (Sindirepa-MG), Alexandre Mol.

De acordo com o dirigente, ainda não existe uma expectativa fechada para 2024, mas segundo sua observação, o setor vem mantendo o mesmo ritmo de 2023, onde a demanda não aumentou, mas também não diminuiu. “Estamos vindo em um ritmo constante, com bastante demanda, inclusive por termos uma frota muito grande. Aqui em Minas Gerais, acredito em um crescimento que poderá ser da ordem de 3% em 2024. O ano está positivo para o setor pois, além do número de veículos, Belo Horizonte é uma cidade extensa, onde todos dependem do transporte, seja para trabalho ou lazer e, isso constantemente gera bastante serviço”, salientou.

Quanto mais veículos transitando nas ruas do Estado, mais serviços o setor de reparação encontra pela frente, independente de ser carro novo, seminovo ou mais velho. “As pessoas vivem trocando os carros, que passam para outras mãos e, com isso, a manutenção, em muitos casos, sai da concessionária e passa para as oficinas multimarcas. Quanto maior a frota, mais serviço para todas as faixas de empresas, sejam elas as que atendem concessionárias, carros em garantia, oficinas especializadas e, inclusive, oficinas de carros mais antigos. Nesse contexto, o volume aumenta para todos”, destacou.

Entretanto, Mol destacou que um dos principais entraves para o setor ainda é a falta de mão de obra. “Como vários outros setores, a dificuldade em conseguir mão de obra é enorme. Temos constantemente visto essa falta de profissionais em setores específicos, como é o caso de reparação em ar condicionado e retífica”, enumerou ele.

Oficinas mecânicas já preveem aumento no movimento devido às férias de julho FOTO: REPRODUÇÃO - ADOBESTOCK_

> “Como vários setores, a dificuldade em conseguir mão de obra é enorme e temos visto isso em reparação de ar condicionado e retífica”
>
> Alexandre Mol

O fornecimento de peças, que foi um problema durante a pandemia, já foi normalizado, de acordo com o dirigente. “Trabalho com reparação automotiva há mais de 40 anos e sempre tem alguma peça específica que está faltando no mercado. Seja por erro do fabricante que subestimou ao atender a montadora ou que fez uma venda muito maior, e acaba faltando para o after market. Então, isso é normal acontecer. Esteve muito pior na época da pandemia, pois desorganizou e descobrimos que algumas coisas só a China tinha. Agora, já normalizou e voltamos ao patamar pré-pandemia”, reforçou.

Expectativa para setor - Para o gerente de vendas da Diferencial Car Centro Automotivo, Ronnie Peterson, com a chegada das férias de julho, a procura pelos serviços de reparação, pelo ritmo que a empresa vem seguindo desde o começo do ano, existe a perspectiva de que será um bom mês. “Pelo tempo que trabalho aqui eu nunca fui surpreendido por uma baixa, mesmo no período de pandemia quando tivemos alguns problemas com os clientes ficando ‘em casa’. Os clientes que temos são clientes bem fiéis e, com certeza, esperamos bons negócios neste mês de julho. E como no ano de 2024 estamos vivendo uma fase positiva, de janeiro para cá é só crescimento”, observou.

Um dos aspectos pontuados por ele é que, em relação ao fornecimento de peças, a oficina atua junto a vários fornecedores, então a empresa não sente impactos com relação a atrasos ou demoras na prestação do serviço. “A peça que está em falta em um fornecedor acabo conseguindo com outro. Então, o que está influenciando o desempenho, que eu considero positivo, é o foco no bom atendimento e na qualidade de serviços prestados”, avaliou.

Outro ponto destacado pelo gerente é que, quando há pouca rotatividade de funcionários em uma oficina mecânica, é mais fácil as pessoas terem mais confiança. “Passamos a prestar serviço mais preciso e aí, automaticamente, temos mais retornos de clientes. Um bom atendimento e um bom serviço prestado vão influenciar no retorno de pessoas, seja para novas manutenções, ou indicações pelos clientes que já confiam no serviço que é prestado pela empresa”, destacou o gerente.

MERCADO DE TRABALHO

Taxa de desemprego tem mínima de 10 anos

São Paulo/Rio de Janeiro - A taxa de desemprego no Brasil caiu mais do que o esperado no trimestre até maio, chegando ao patamar mais baixo para o período em 10 anos, com o menor número de pessoas que buscavam uma ocupação desde 2015 e novo aumento da renda. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou na sexta-feira (28) que a taxa de desemprego atingiu 7,1% nos três meses encerrados em maio, de 7,8% no trimestre imediatamente anterior, até fevereiro.

O resultado ainda mostrou forte queda em relação ao mesmo período do ano passado, quando a taxa foi de 8,3%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), e ficou abaixo da expectativa em pesquisa da Reuters de 7,3%.

“Temos uma melhora que vem se consolidando mês a mês no mercado de trabalho, que tem a ver com o ambiente econômico. Há no país uma clara demanda maior por mão de obra que está relacionada à atividade econômica”, disse a coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy.

A taxa de desemprego vem se mantendo em patamar historicamente baixo e analistas avaliam que ela deve se acomodar em torno desses níveis, com um mercado de trabalho aquecido. Entretanto, isso levanta sinais de alerta para a inflação e a busca da meta pelo Banco Central, que interrompeu o ciclo de afrouxamento monetário com a taxa básica Selic em 10,5%.

Nos três meses até maio, o número de desempregados caiu 8,8% em relação ao trimestre imediatamente anterior e 13,0% sobre o mesmo período de 2023. Isso levou o contingente de pessoas em busca de emprego a 7,783 milhões, o mais baixo desde o trimestre encerrado em fevereiro de 2015.

Já o total de ocupados aumentou 1,1% ante o trimestre encerrado em fevereiro e 3,0% sobre o ano anterior, com 101,331 milhões de trabalhadores, novo recorde da série histórica iniciada em 2012.

Também marcaram recordes da série histórica os totais de trabalhadores com carteira no setor privado - 38,326 milhões - e sem carteira assinada - 13,674 milhões.

“O crescimento contínuo da população ocupada tem sido impulsionado pela expansão dos empregados, tanto no segmento formal como informal. Isso mostra que diversas atividades econômicas vêm registrando tendência de aumento de seus contingentes”, disse Beringuy.

No período, a renda média real voltou a subir, chegando a R$ 3.181, aumento de 1,0% sobre o trimestre imediatamente anterior e de 5,6% ante os três meses até maio de 2023.

“Esse cenário (de aumento da renda), em conjunto com o desemprego baixo, tem contribuído para uma massa de rendimentos que segue batendo recordes. Pensando agora nas suas implicações para o cenário de médio prazo, a dinâmica inflacionária traz alguma preocupação, sobretudo com a nova regra do salário mínimo”, alerta Igor Cadilhac, economista do PicPay. **(Reuters)**

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Gasto subirá ao menos R$ 100 bi em 4 anos

Brasília - Alvo preferencial da revisão de gastos defendida pela equipe econômica, a Previdência Social terá um aumento de ao menos R$ 100 bilhões em suas despesas nos próximos quatro anos devido à política de valorização do salário mínimo instituída pelo próprio governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em dez anos, o impacto será ainda maior e chegará a R$ 550 bilhões, segundo cálculos do economista Fabio Giambiagi, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Para ele, o efeito prático da regra anula boa parte do ganho conquistado com a reforma da Previdência de 2019.

No ano que vem, as despesas com benefícios previdenciários (sem incluir sentenças judiciais) devem beirar os R$ 972 bilhões, segundo estimativas do governo. O valor ainda não considera potenciais economias com revisão de benefícios. Só o ganho real do salário mínimo é responsável por cerca de R$ 12 bilhões do aumento. O impacto da regra é crescente ao longo dos anos e, segundo o próprio Executivo, pode somar R$ 131 bilhões entre 2025 e 2028.

Em 2023, Lula propôs e o Congresso aprovou uma fórmula permanente de correção anual do salário mínimo. O modelo prevê o reajuste pela inflação medida pelo INPC em 12 meses até novembro do ano anterior, mais a taxa de crescimento real do PIB de dois anos antes. Neste ano, por exemplo, o piso teve uma expansão de 3% acima da inflação. Em 2025, o ganho real será de 2,9%, mesma variação do PIB observada no ano passado. É a mesma fórmula adotada em outras gestões do PT. Lula e integrantes da equipe econômica argumentam que a regra busca ampliar o poder de compra dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, reduzir desigualdades.

Já os economistas e até mesmo alguns integrantes do governo ponderam que é preciso enfrentar o debate da consequência da regra sobre a trajetória de gastos. Dois terços dos benefícios previdenciários equivalem a um salário. Eles representam quase 44% da despesa total. Além de criar desafios para a Previdência, a expansão pressiona o limite do novo arcabouço fiscal, que cresce em ritmo mais lento (até 2,5% acima da inflação). Na visão de um desses integrantes do governo, não se trata de impor soluções extremas, como o fim da valorização real ou a desvinculação dos benefícios, mas discutir saídas intermediárias como um reajuste real mais moderado.

“Essa mudança da regra tem efeitos absolutamente devastadores para o futuro da Previdência Social”, afirma Giambiagi à reportagem. Segundo ele, a nova regra do salário mínimo desloca para cima a curva de gastos do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), que já era crescente mesmo com a reforma da Previdência.

“A reforma de 2019 não foi feita para reduzir a despesa do INSS. Todo mundo sabia que a despesa do INSS continuaria a aumentar”, diz o economista. Ele também questiona a eficácia dessa política no atual estágio do mercado de trabalho. **(Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli/Folhapress)**

Ceasa Minas é retirada do Plano Nacional de Desestatização

MINERAÇÃO Entreposto em Contagem seria concedido para a iniciativa privada, mas governo Lula decidiu não seguir com o projeto

RODRIGO MOINHOS

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, divulgou na sexta-feira (28), em suas redes sociais, que a Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (Ceasa Minas) foi retirada do Programa Nacional de Desestatização (PND). Segundo ele, os dois governos anteriores ao do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) queriam "vender" a Ceasa Minas e, enquanto a empresa estivesse no PND, não poderiam ser investidos recursos para a sua recuperação.

Ainda segundo o ministro, agora, com a retirada do programa, a Ceasa Minas será inserida em um novo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o fortalecimento do entreposto. "Trata-se de uma boa notícia para os concessionários, para os agricultores que vendem os seus produtos e para os servidores. E agora o horizonte é de fortalecimento para que a empresa possa desenvolver um papel ainda maior no abastecimento do Brasil e na garantia da segurança alimentar", afirmou o ministro.

A solicitação de retirada da estatal do PND já era um compromisso do próprio ministro com a sociedade de Minas Gerais. A promessa veio durante uma visita, em março deste ano, do representante do governo federal às instalações do entreposto, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Com uma movimentação financeira anual em torno de R$ 10 bilhões em vendas somente na unidade de Contagem em 2023, o entreposto tem papel fundamental no agronegócio de Minas Gerais e na economia do Estado. Somente no ano passado, a comercialização de produtos somou cerca de 2,33 milhões de toneladas, sendo grande parte vinda da produção agrícola e pecuária.

Em Contagem, são cerca de 430 lojas, 730 CNPJs e cinco instituições bancárias FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO CARVALHO

Ministro Paulo Teixeira comemorou a decisão FOTO: ALBINO OLIVEIRA / MDA

Importância - O entreposto é um dos principais pontos de escoamento da produção agropecuária de Minas Gerais. Além disso, a Ceasa Minas também comercializa produtos vindos de outros estados e itens diversos, incluindo desde industrializados, insumos, cereais, entre outros. Há também grande prestação de serviços e geração de empregos e renda no local.

Quando fundada, em 1974, a Ceasa Minas contava com 20 pavilhões em Contagem e hoje, são 43. Com a expansão, também está presente em Uberlândia, Juiz de Fora, Governador Valadares, Barbacena e Caratinga, onde atuam cerca de 24 mil produtores rurais ativos e cadastrados. Além disso, a Ceasa Minas conta com 2 mil municípios fornecedores e 880 cidades compradoras, além de mais de 12 milhões de pessoas alimentadas pelos produtos que saem diretamente do entreposto.

Apenas na unidade da Ceasa Minas em Contagem, são cerca de 430 lojas, 730 CNPJs e cinco instituições bancárias, com a estrutura sendo equivalente a uma cidade de médio porte. A visitação também é grande. Conforme dados da Ceasa Minas, o trânsito de pessoas varia entre 60 mil a 70 mil nas segundas, quartas e sextas, que são os dias de mercado. Por lá também transitam cerca de 40 mil veículos diariamente.

> **"Trata-se de uma boa notícia para os concessionários, para os agricultores que vendem os seus produtos e para os servidores"**
> Paulo Teixeira

Taxação não é suficiente, aponta setor calçadista

IMPORTAÇÃO Presidente do Sindicalçados-MG, Luiz Barcelos, explica que, além do imposto sobre produtos importados, País precisa de reformas para dar competitividade à indústria

JULIANA GONTIJO

Mais do que a taxação de 20% para as compras de até US$ 50 em *sites* estrangeiros, como as plataformas asiáticas Shein, Shopee e Aliexpress, o Brasil precisa de reformas estruturantes que possam aumentar a competitividade da indústria nacional, destaca o presidente do Sindicato da Indústria de Calçados do Estado de Minas Gerais (Sindicalçados-MG), Luiz Raul Aleixo Barcelos.

"O Brasil não tem competitividade por uma série de entraves que o País possui, como a burocracia, a alta carga tributária e os altos custos sobre a folha. Falta competitividade na indústria calçadista e também na de confecção", observa.

Para ele, a taxação das plataformas estrangeiras, em especial, as asiáticas, pode dar um fôlego ao setor, permitindo uma concorrência "um pouco menos desleal", mas que não vai resolver o problema. "A taxação é importante neste momento como um paliativo", analisa.

O dirigente defende que as reformas, com medidas que permitam que a indústria tenha mais competitividade, vão contribuir de fato para uma melhora de cenário para o setor.

> **"O Brasil não tem competitividade por uma série de entraves que o País possui, como a burocracia, a alta carga tributária e os altos custos sobre a folha"**
>
> Luiz Barcelos

E foi na quinta-feira (27) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a lei que cria a taxação das compras internacionais de até US$ 50, a chamada "taxa das blusinhas", que deve começar a vigorar a partir do dia 1º de agosto. O governo vai encaminhar nos próximos dias uma medida provisória ao Congresso Nacional regulamentando a taxação.

Dessa forma, para os produtos mais baratos, a taxa de importação será de 20% sobre o valor e para itens acima de US$ 50, o imposto previsto é de 60%. Também foi criada uma faixa intermediária, entre US$ 50 e US$ 3.000, que terá um desconto de US$ 20 na taxação.

Minas Gerais é o quarto maior polo calçadista do Brasil e conta com 993 indústrias em operação FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALISSON J SILVA

Desleal - O presidente do Sindicalçados-MG afirma que a atual concorrência desleal com os *marketplaces* chineses vem causando preocupação nas indústrias de calçados e de confecção, e também causa impactos negativos para os varejistas nacionais. "É um problema generalizado de toda a cadeia da moda", destaca.

Ele conta que o setor de bolsas e acessórios passa por um cenário semelhante ao vivido pela indústria de calçados no Estado. O Sindicato Intermunicipal da Indústria de Bolsas e Cintos de Minas Gerais (Sindibolsas-MG) foi incorporado ao Sindicalçados-MG.

De acordo com Barcelos, as vendas da indústria calçadista do Estado registraram queda de aproximadamente 10% no acumulado dos cinco primeiros meses de 2024 frente ao mesmo intervalo do ano anterior.

O dirigente diz que espera um resultado melhor no segundo semestre do ano, já que o período é tradicionalmente mais aquecido na comparação com os seis primeiros meses do ano, em razão da coleção de verão e do impacto da data comemorativa mais importante do ano: o Natal. "A gente tem que tentar manter o otimismo", diz.

Redução do mercado - A atividade conta com 993 indústrias no Estado, segundo os dados mais recentes (2022). Considerando a produção de calçados por unidades da Federação, Ceará, Rio Grande do Sul e a Paraíba se destacaram em 2023 como os três maiores produtores em termos de pares, com participação de mercado de 26%, 23,9% e 15,1%, respectivamente, conforme informações do relatório setorial 2024, da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados).

Minas Gerais ocupou a quarta posição, com redução do *market share*, desde 2021 (15,9%). Em 2022, a participação passou 14,7% e no ano seguinte para 14,3%.

Alíquota de 20% será aplicada a partir de agosto

São Paulo - A taxação das remessas internacionais de até US$ 50, a chamada "taxa das blusinhas", pode incidir em compras feitas antes de 1º de agosto, disse na sexta-feira (28) a Receita Federal.

O subsecretário de Administração Aduaneira da Receita Federal, Fausto Coutinho, afirmou que o imposto é devido a partir do registro da Declaração de Importação de Remessa (DIR), que pode ser feito alguns dias após o pedido do consumidor.

Como há essa defasagem entre a realização da compra e a emissão da DIR, Coutinho reconheceu que compras feitas no final de julho podem já ser taxadas. "A possibilidade é factível. Não tem como garantir que não tenha isso", afirmou em entrevista coletiva para detalhar a medida.

Segundo Coutinho, cada plataforma tem sua gestão e metodologia de entrega da declaração. A Receita disse não ser possível precisar um prazo médio para guiar os consumidores sobre a data a partir da qual seria justa a cobrança do imposto na compra até US$ 50.

"Nossa orientação para as plataformas é que façam a comunicação o mais rápido possível para que essa informação esteja clara", afirmou o subsecretário. "O que a gente pôde fazer a gente fez."

Caso o consumidor faça uma compra no fim de julho sem recolher o imposto, mas a plataforma só registre a DIR após 1º de agosto, o destinatário pode precisar fazer o pagamento da taxa no Brasil para receber a encomenda.

No início da entrevista coletiva, o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, fez um pronunciamento e disse que o tempo de transição foi adotado "para que contribuinte não seja surpreendido". Ele não permaneceu no local para responder às perguntas dos jornalistas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou na quinta-feira (27) a lei que acaba com a isenção das compras internacionais até US$ 50 feitas por pessoas físicas. A proposta foi incluída pelo Congresso Nacional na lei que criou o Mover, programa de incentivo à descarbonização de carros.

Hoje, produtos de até US$ 50 vendidos em plataformas como Shein, Shopee e AliExpress já são taxados pelo ICMS, imposto estadual, com alíquotas que variam entre 17% e 19%. Mas o Imposto de Importação, federal, estava zerado.

Com a nova lei, a taxa de importação será de 20% para itens até US$ 50. Acima desse valor, a alíquota é de 60%, com um desconto de US$ 20 para compras até US$ 3.000. As regras valem para compras feitas em plataformas que aderiram ao Remessa Conforme.

Na sexta-feira, o chefe do Executivo editou uma MP (medida provisória) para estabelecer o início da cobrança em 1º de agosto deste ano. O texto prevê também que a importação de medicamentos de até US$ 10.000 por pessoas físicas, para uso próprio ou individual, será isenta.

Coutinho disse que o adiamento da vigência da cobrança foi necessário para "evitar um apagão", uma vez que os sistemas não estão preparados para incorporar a taxação sobre as compras até US$ 50.

Segundo ele, o Brasil tem recebido 18 milhões de remessas ao mês, em média. "Houve um curto espaço de tempo entre a aprovação e a sanção para termos os sistemas adequados para a nova tributação. Imagina ficar um mês parado", afirmou.

Mesmo com a sanção, Lula seguiu criticando a medida publicamente. Ele chamou a taxação de "irracional" e lembrou que brasileiros com condições de viajar ao exterior podem fazer compras de até US$ 1.000 isentas de imposto. **(Idiana Tomazelli/Folhapress)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal

Acesse também através do QR CODE ao lado.

POLÍTICA

Minas terá aporte bilionário

GOVERNO FEDERAL **Em evento na Capital, Lula anunciou R$ 58 bilhões para transição energética**

THYAGO HENRIQUE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e uma comitiva de ministros, apresentaram na sexta-feira (28), em solenidade no Minascentro, em Belo Horizonte, os planos de investimentos do governo federal para Minas Gerais. Os aportes terão como destino as áreas de cultura, educação, saúde, infraestrutura e energia.

Por meio do Circuito Mineiro de Investimentos em Transição Energética, apresentado no encontro, R$ 58 bilhões serão injetados no Estado. As inversões serão destinadas ao setor elétrico, nos biocombustíveis, mineração sustentável e gás. A divisão dos recursos ficou assim: R$ 31 bilhões em geração de energia elétrica renovável; R$ 23 bilhões em linhas de transmissão, com geração de 40 mil empregos; R$ 4 bilhões em biocombustíveis

Outros R$ 3,5 bilhões vão para obras de construção de quase 6,5 quilômetros de linhas de transmissão e subestações de energia em 29 municípios de Minas Gerais, principalmente na porção Norte do Estado. O valor é fruto de leilão realizado em março deste ano. A cerimônia de assinatura dos contratos com as oito empresas vencedoras do certame aconteceu durante o evento.

O programa Luz para Todos integrado ao Minha Casa, Minha Vida, que pretende levar energia limpa e renovável às moradias da política habitacional, também foi lançado. Os investimentos na implantação de placas fotovoltaicas em 500 mil unidades consumidoras do Brasil até 2027, somarão R$ 3 bilhões, sendo que os mineiros serão contemplados, na primeira fase de intervenções, com quase 16 mil famílias beneficiadas, em 40 cidades.

"A partir de hoje, o Minha Casa, Minha Vida se une ao maior programa de combate à pobreza energética do planeta: o Luz para Todos. É a união do desenvolvimento com a sustentabilidade. Vamos instalar placas solares nas residências dos programas, reduzindo as contas de energia das famílias de baixa renda", destacou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Durante evento na capital mineira, Lula reafirmou o compromisso de tirar o projeto da BR-381 do papel FOTO: RICARDO STUCKERT / PR

Cultura - A preservação do patrimônio cultural de cidades históricas de Minas Gerais, desde as tradicionais até as "esquecidas" pela União, também receberá repasses federais de cerca de R$ 250 milhões – um terço do aporte no País. A União ainda está investindo em equipamentos culturais, e vai repassar ao Estado e municípios outros recursos via políticas e leis de fomento à cultura.

Rodovia - Durante o evento Lula reafirmou sua promessa de tirar do papel um projeto de grande interesse para os mineiros: as obras da BR-381. Ele reiterou que a União vai assumir as intervenções de parte da rodovia, a fim de viabilizar a concessão.

O chefe do Executivo nacional lembrou que a estrada já foi a leilão, porém, não houve interessados, justamente porque existe um trecho "complicado" – o mercado alegava riscos geológicos e jurídicos.

"(...) Eu falei para o meu ministro aquilo que o empresário não quer fazer, que é roer o osso, o governo vai roer o osso e a gente vai fazer essa estrada", disse Lula.

A malha rodoviária mineira, a maior do País, receberá R$ 1 bilhão em investimentos da Federação neste ano. Em Belo Horizonte, o ministro dos Transportes, Renan Filho, destacou que o governo federal também vai leiloar mais lotes rodoviários do Estado até dezembro, incluindo as BR-262 (Rota do Zebu), BR-040 (Rota dos Cristais). A "Rodovia da Morte", BR-381, também será leiloada. Segundo ele, o pacote de concessões vai impulsionar o desenvolvimento estadual.

"A partir de hoje, o Minha Casa, Minha Vida se une ao maior programa de combate à pobreza energética do planeta: o Luz para Todos. É a união do desenvolvimento com a sustentabilidade. Vamos instalar placas solares nas residências dos programa"

Alexandre Silveira

Setor educacional receberá R$ 1 bilhão

Aproximadamente R$ 1 bilhão será aplicado no setor educacional em Minas. Os recursos serão voltados para consolidação e expansão das instituições federais, presentes em 68 cidades mineiras. Os recursos foram divididos dessa forma: R$ 711,2 milhões para as universidades federais e R$ 377 milhões para os institutos federais.

Oito novos institutos federais serão construídos em Minas Gerais, gerando 11,2 mil vagas em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Duas pedras fundamentais foram lançadas nesta quinta-feira (27), dos campis de São João Nepomuceno e Minas Novas.

No âmbito das universidades, 11 receberão recursos da União. Além de reformas e demais ações de melhorias, haverá a construção de novo campus da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) em Ipatinga (Vale do Aço) e um hospital universitário na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Ainda foram inaugurados os anexos I e II da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cujas obras custarão R$ 28,5 milhões. **(TH)**

GESTÃO ESTADUAL

Minas ganha política para as cidades inteligentes

O desenvolvimento de cidades inteligentes, onde os recursos tecnológicos e humanos sejam utilizados para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, é o objetivo da Lei 24.839, publicada na sexta-feira (28), no Diário Oficial Minas Gerais.

Sancionada pelo governador Romeu Zema e já em vigor, a norma institui a política estadual de apoio e incentivo às cidades inteligentes – Minas Inteligente, e teve sua origem no Projeto de Lei (PL) 416/23, da deputada licenciada Alê Portela, aprovado em definitivo pelo Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em maio.

A política Minas Inteligente tem por finalidade estimular a criação e o desenvolvimento, pelos municípios, do sistema regulatório e da infraestrutura administrativa, de pessoal e de serviços necessários à implementação de cidades inteligentes e prevê uma série de instrumentos para isso, além de banco de dados público contendo soluções para o desenvolvimento de cidades inteligentes.

São definidos 30 princípios e diretrizes da nova política, a exemplo da integração dos serviços e informações entre órgãos e entidades locais, com foco na prevenção de eventos críticos e desastres. Também deve ser priorizada a execução de iniciativas por meio de consórcios públicos ou uso de outros instrumentos de colaboração entre municípios e outros entes federativos.

São também diretrizes a prevalência dos interesses coletivos, o desenvolvimento harmonioso do território e o equilíbrio da oferta de infraestrutura e de serviços sociais na cidade, para acesso a todos os cidadãos. A política deve ainda se pautar no desenvolvimento econômico e tecnológico e na inovação; na livre iniciativa, na livre concorrência e defesa do consumidor; no incentivo à diversidade de ideias e à criatividade; e na inclusão digital e socioeconômica.

Já o planejamento urbano deverá ter como foco a eficiência da mobilidade urbana, o uso diversificado da ocupação do solo e a apropriação dos espaços pelos cidadãos.

Cadastro - O cadastramento dos municípios interessados em fazer parte da política é um dos instrumentos de implementação da Minas Inteligente, assim como repasse de recursos; cessão de agentes públicos; doação ou cessão de bens públicos; e cooperação técnica e financeira para o desenvolvimento de atividades, projetos, obras e serviços, entre vários outros. **(Com informações da ALMG)**

Gustavo Costa Aguiar Oliveira, Leiloeiro Oficial MAT. JUCEMG nº 507, realizará leilão online, por meio do Portal: www.gpleiloes.com.br. Abertura: 13/06/2024. Encerramento: 23/07/2024 à partir das 15:00 horas. Bens: Imóvel na cidade de Couto de Magalhães de Minas/MG. Comitente: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO E MÉDIO JEQUITINHONHA LTDA. - SICOOB - CREDIJEQUITINHONHA e outros. Informações sobre visitação e edital completo no site ou pelo tel.: (31) 2117-9001.

LEILÃO DE IMÓVEIS MGI Nº. 09/2024
MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A. – CNPJ/MF: 19.296.342/0001-29 – torna público que realizará licitação, na modalidade de LEILÃO ELETRÔNICO, para a alienação de Bens Imóveis. O objeto deste Leilão está descrito detalhadamente no Edital de Leilão de Imóveis MGI nº. 09/2024, que estará à disposição dos interessados gratuitamente, no seguinte endereço eletrônico: www.mgipar.com.br. Serão leiloados imóveis situados na cidade de Belo Horizonte/MG. O Leilão Eletrônico, do tipo Maior Lance será realizado por Leiloeiro Administrativo, designado pela Diretoria da empresa. O sistema estará aberto para lances a partir das 10:00 horas, do dia 01/07/2024, até o seu término em 23/08/2024, nos termos do Edital, pelo endereço eletrônico: www.mgileiloes.com.br. Informações: na sede da MGI, localizada à Rodovia Papa João Paulo II, 4001 – Prédio Gerais – 4º andar – Bairro Serra Verde – Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, CEP 31630-901, Belo Horizonte/ MG ou pelo tel. (31) 3915-4888 e WhatsApp (31) 99990-1127, no horário das 09:00 (nove horas) às 18:00 (dezoito horas).

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO*
Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça
Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 72 / **Ano**: 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.3693.0166560/2023-68
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviço denominado no mercado como "programa de assistência ao empregado" (ou similar).
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 11/07/2024**.
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 11/07/2024**.
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8128 e 3330-8129, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 28 de junho de 2024.
Catarina Natalino Calixto
Coordenadora da Diretoria de Gestão de Compras e Licitações
*Republicado em razão da necessidade de prazo para esclarecimentos. Não houve modificação do Edital. Apenas alteração de datas.

ArcelorMittal Brasil S.A.
CNPJ/MF 17.469.701/0001-77
NIRE 3130004592-7
Companhia Fechada

ArcelorMittal

Certidão
Ata da Assembleia Geral Ordinária
Realizada em 30 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local. Realizada em 30 de abril de 2024, às 19 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Carandaí, nº 1.115, 26º andar, bairro Funcionários, CEP: 30.130-915, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. **2. Convocação.** Dispensada a convocação, face à presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1.976. **3. Presenças.** Os trabalhos foram instalados com a presença de acionistas representando 100% do capital total da Companhia, conforme assinaturas constantes do livro de presença de acionistas. Presentes, ainda, o Sr. Alexandre Augusto Silva Barcelos, Diretor da Companhia; e o Sr. Tomas Menezes, representante dos auditores independentes, Ernst & Young Global Limited. **3.1.** Considera-se sanada a falta de publicação dos anúncios e a inobservância dos prazos aos quais se refere o artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas, em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **4. Mesa.** Benjamin Mário Baptista Filho, Presidente da Mesa; Marina Guimarães Soares, Secretária. **5. Lavratura.** Ata lavrada na forma sumária, nos termos facultados pelo art. 130, parágrafo 1º da Lei das S.A. **6. Ordem do Dia e Deliberações em Assembleia Geral Ordinária.** Por unanimidade dos votos dos acionistas titulares de ações com direito de voto, observados os impedimentos legais, foram discutidas e aprovadas as seguintes matérias: **6.1. Relatório Anual da Administração.** Foi aprovado, em sua íntegra e sem quaisquer restrições, o Relatório Anual da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **6.2. Demonstrações Financeiras.** Foram aprovadas, em sua íntegra e sem quaisquer restrições, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com o parecer favorável, sem ressalvas, dos Auditores Independentes, Ernst & Young Global Limited, publicadas no dia 30.04.2024, no Diário do Comércio, nas páginas 10 e 11 da versão impressa; e na versão digital, disponível em: https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal. O lucro líquido da Companhia no ano 2023, a ser distribuído, é de R$ 3.757.474.000,00 (três bilhões, setecentos e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil reais). Adicionalmente, a Companhia deverá distribuir o valor de R$ 22.037.000,00 (vinte e dois milhões e trinta e sete mil reais) proveniente da conta de realização dos custos atribuídos. Portanto, o valor total de R$ 3.779.511.000,00 (três bilhões, setecentos e setenta e nove milhões, quinhentos e onze mil reais) deverá ser distribuído da seguinte forma: **(i)** o valor de R$ 187.874.000,00 (cento e oitenta e sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil reais) deverá ser destinado à reserva legal; **(ii)** o valor de R$ 1.275.740.000,00 (um bilhão, duzentos e setenta e cinco milhões, setecentos e quarenta mil reais) deverá ser destinado à reserva estatutária conforme previsto no Estatuto Social da Companhia; **(iii)** o valor de R$ 1.533.477.000,00 (um bilhão, quinhentos e trinta e três milhões, quatrocentos e setenta e sete mil reais) deverá ser alocado como juros sobre capital próprio, que já foi distribuído aos acionistas ordinaristas, conforme deliberações do Conselho de Administração na reuniões realizadas em 2023, nos dias 28 de fevereiro, 3 de maio e 15 de dezembro, ora ratificadas; **(iv)** R$ 10.000,00 (dez mil reais) serão distribuídos como dividendos fixos aos acionistas preferencialistas, na forma do Estatuto Social da Companhia; e **(v)** o valor de R$ 782.410.000,00 (setecentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e dez mil reais) deverá ser destinado à reserva de incentivos legais, enquanto aguarda decisão final no mandado de segurança nº 10112483120174013800. **6.3. Remuneração dos administradores 2024.** Foi fixada a remuneração global dos administradores da Companhia em até R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de Reais), a ser distribuída, nos termos do Estatuto Social, entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia até a próxima Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 2025. **7. Encerramento.** Por fim, a acionista Votorantim S.A. consigna que apresentou manifestação por escrito, que foi recebida pela mesa desta Assembleia como Doc. 01 e ficará arquivada na sede da Companhia. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. **8. Assinaturas.** Benjamin Mário Baptista, Presidente da Mesa; e Marina Guimarães Soares, Secretária. Acionistas: Marina Guimarães Soares por ArcelorMittal Aceralia Basque Holding, S.L, ArcelorMittal Luxembourg, ArcelorMittal Spain Holding, S.L e ArcelorMittal Global Holding; Mateus Gomes Ferreira e Glaisy Peres Domingues por Votorantim S.A; Alexandre Augusto da Silva Barcelos, como Representante da Diretoria da ArcelorMittal Brasil S.A, e Tomas Menezes como Representante dos Auditores Independentes. Belo Horizonte/MG, 30 de abril de 2024. Certifico que a presente confere com a original lavrada em livro próprio. Marina Guimarães Soares, Secretária (esse documento foi assinado com o Certificado digital A3).

Registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 22/05/2024 sob o número nº 11723083, protocolo 24/321.303-4 .

AGRONEGÓCIO

Expocachaça 2024 prevê movimentar R$ 30 milhões

VITRINE MUNDIAL Em novo local, no Centerminas Expo, em Belo Horizonte, evento contará também com 17ª edição da Brasilbier e da 2ª edição da Minas + Doce; período é de 4 a 7 de julho

MICHELLE VALVERDE

Vitrine mundial da cadeia produtiva e de valor da cachaça, a Expocachaça 2024 vai movimentar o setor produtivo. Reunindo a cadeia da cachaça e outros produtos artesanais de Minas Gerais, como cervejas, doces, azeites e vinhos, o evento deve movimentar pelo menos R$ 30 milhões em negócios. A Expocachaça, que nasceu com o objetivo de proporcionar ao pequeno produtor de cachaça o acesso ao mercado, hoje também é oportunidade para que outros produtos artesanais se destaquem e cresçam no Estado.

Este ano, a 33ª edição da Expocachaça acontece, pela primeira vez, no Centerminas Expo, em Belo Horizonte. De 4 a 7 de julho, os visitantes conhecerão as cachaças e também participarão da 17ª edição da Brasilbier e da 2ª edição da Minas + Doce - Feira e Festival da Doçaria Mineira.

Conforme o presidente e promotor dos eventos, José Lúcio Mendes, o evento contará com diversas novidades este ano. Além do novo espaço, há ainda a participação de outros produtos de Minas Gerais, como vinhos e azeites.

"Pensando no conforto, na segurança e na facilidade de acesso, resolvemos realizar a Expocachaça no Centerminas Expo, que oferece uma série de facilidades para o público. Com o objetivo de ajudar o pequeno produtor a ganhar visibilidade, além da cachaça e da cerveja, teremos no evento produtores de azeites, vinhos, queijos e doces. Estamos reunindo produtos mineiros, feitos pelos pequenos produtores e que são importantes para o Estado", explicou.

Diversificação - Mendes destaca que a diversificação dos produtos presente na Expocachaça é importante e faz parte do objetivo do evento, que é ser uma vitrine para o pequeno produtor. "A Expocachaça foi criada para dar visibilidade e ser um ponto de vendas para os pequenos produtores. Isso é muito importante e gera diversas oportunidades. Tenho essa preocupação de trazer os pequenos, que enfrentam muitas dificuldades de vendas, para que possam crescer e de repente se tornarem independentes no futuro", explicou.

A ideia é que a Expocachaça seja âncora de um grande evento do agronegócio, trazendo novidades para o público conhecer. "Além das cachaças, temos em Minas Gerais outros produtos muito bons e ao reuni-los, os visitantes têm a oportunidade de experimentar bons vinhos, boas cachaças, cervejas, azeites, doces. Isso que faz a riqueza do evento".

Neste ano, a Expocachaça contará com cerca de 250 expositores e mais de 2 mil produtos. O principal destaque são as cachaças de Minas Gerais e de mais 18 estados, mas tem gins, cervejas especiais, queijos, vinhos, azeites e a doçaria mineira.

A feira também é oportunidade para que produtores invistam na modernização da produção, já que o evento reúne diversos fornecedores de equipamentos como moendas, alambiques, dornas, caldeiras, empresas de garrafas, de serviços, laboratórios, gráficas, editoras, estande Food Trucks e empresas de gastronomia.

Entre os expositores, haverá estandes coletivos do Rio Grande do Sul, com 12 expositores de cachaça, da Secretaria de Turismo da Bahia, com 12 expositores de cachaça, de Goiás, com 8 produtores de cachaça, e da APACs Salinas com 26 associados e produtos.

Expocachaça saiu da Serraria Souza Pinto e vai ser realizada no Centerminas Expo em 2024 FOTO: DIVULGAÇÃO / DOUGLASCASTRO

> "Estamos reunindo também outros produtos minerios, feitos pelos pequenos produtores e que são imporantes para o Estado"
> José Lúcio Mendes

A visitação deve chegar a 20 mil pessoas. Os ingressos estão à venda no site da Expocachaça por R$ 50 (inteira) e R$ 25 (meia-entrada). Há também o passaporte para todos os dias vendido por R$ 110 e R$ 80 (meia-entrada).

Sai Anuário da Cachaça 2024: MG lidera registros

Em 2023, Minas foi o Estado que concentrou o maior registro de estabelecimentos produtores de cachaças no Brasil. De acordo com o Anuário da Cachaça 2024, divulgado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) na última quinta-feira, são 504 estabelecimentos registrados no Estado, correspondendo, assim, a 41,4% das cachaçarias do País.

A marca se deve ao crescimento de 7,7% nos registros em 2023 frente a 2022. Ao todo, Minas registrou 36 estabelecimentos a mais em relação a 2022. Esta é a primeira vez que uma unidade da federação supera a marca de 500 cachaçarias registradas.

Os três municípios com o maior número de estabelecimentos registrados no Brasil estão em Minas. O maior é Salinas, no Norte do Estado, com 24 unidades produtoras. Logo em seguida vêm o Alto do Rio Doce, com 20 registros, e Rio Espera, com 16.

No Brasil, em 2023, o número de cachaçarias registradas somou 1.217, resultado de um crescimento de 7,8% com base no ano anterior.

Número de cachaças - Minas Gerais também lidera no número de registros de cachaças. Conforme o Mapa, são 2.144 cadastros, o que corresponde a 35,7% do volume do País. Em nível nacional, houve um crescimento de 18,5% em relação ao total de produtos registrados que havia em 2022, alcançando o número de 5.998 marcas.

Estado também lidera número de cachaças registradas com 2.144 cadastros FOTO: VALTER CAMPANATO- AGÊNCIA BRASIL

O Estado se destaca ainda com maior número de marcas nos registros de cachaça. Em média, são 8,6 marcas para cada estabelecimento, o que representa 4.341 marcas.

Belo Horizonte é o município com a maior quantidade de registro de cachaças do Brasil, possuindo, então, 336 produtos registrados. O volume corresponde a 15,7% de todas as cachaças registradas no Estado. Salinas vem logo em seguida, com 202 cachaças registradas. **(MV)**

REQUEIJÃO MORENO

Vale do Mucuri é caracterizado como região produtora

O secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Thales Fernandes, anunciou a caracterização do Vale do Mucuri como região produtora do Requeijão Moreno na noite de quinta-feira (27), durante a abertura da ExpoQueijo Brasil 2024, em Araxá, no Alto Paranaíba. A cerimônia também foi marcada pela inclusão de municípios nas regiões do Campo das Vertentes e da Mantiqueira de Minas.

Mais de 50 famílias conservam o modo de fazer do Requeijão Moreno por gerações no Vale do Mucuri, segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG). Juntas, elas produzem 94 mil quilos desse tipo de queijo artesanal por ano.

Agora, com a publicação no Diário Oficial pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), o governo de Minas oficializa o "saber fazer" desses produtores no Vale do Mucuri, abre portas para melhores mercados e contribui para a geração de empregos e renda na região.

Indiretamente, também serão beneficiadas pessoas envolvidas no transporte e comércio da iguaria. Espera-se ainda que a conquista atraia novos produtores para a atividade na região.

Requeijão Moreno - O Requeijão Moreno tem textura firme e pode ser fatiado. É vendido em blocos que variam de formato, apresenta casca fina e sabor levemente defumado. A cor tende do amarelo ao caramelo, e o aspecto moreno é mais ou menos homogêneo de acordo com a preferência do produtor quando funde a massa ao creme de leite frito.

Segundo o levantamento histórico da Emater-MG, necessário para a caracterização do Vale do Mucuri, a produção desse queijo tem suas origens relacionadas ao aproveitamento do leite e à autossuficiência no campo, a partir de modificações em receitas que provavelmente vieram do Nordeste do país. Assim como outros requeijões, o produto surgiu como solução para economia de recursos, alimento e fonte de renda.

Fazem parte da região caracterizada do Vale do Mucuri 13 municípios: Ataléia, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Ladainha, Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Setubinha e Teófilo Otoni.

Em abril deste ano, o governo do Estado já havia reconhecido o Requeijão Moreno como um dos queijos artesanais mineiros. A Emater-MG calcula em torno de 840 famílias produtoras em todo o estado.

Inclusão de municípios - Outros dois atos normativos do IMA nesta quinta-feira (27) acrescentaram municípios às regiões caracterizadas do Campo das Vertentes, que produz Queijo Minas Artesanal, e da Mantiqueira de Minas, que tem a sua própria iguaria feita de leite cru.

"Essas três portarias vêm para potencializar o mercado do queijo artesanal em Minas Gerais. São mais municípios agora reconhecidos, produzindo de forma legal, com produtos que ganham cada vez mais notoriedade, segurança alimentar, gerando emprego e renda para Minas Gerais", afirma o secretário de Agricultura, Thales Fernandes.

Três localidades foram incluídas na região de Campo das Vertentes: Barbacena, Entre Rios de Minas e Ibertioga. E uma na Mantiqueira de Minas, Virgínia. A demanda partiu dos próprios produtores, representados por associações. **(Agência Minas)**

Negócios de impacto em Minas Gerais

JORNALISMO PROPOSITIVO Diário do Comércio participou de evento preparatório para o 1º Fórum Minas Gerais de Investimentos e Negócios de Impacto

ADRIANA MULS, Presidente e Diretora Editorial do Diário do Comércio

Participei do encontro preparatório para o 1º Fórum Minas Gerais de Investimentos e Negócios de Impacto. Todo o ecossistema pensante e atuante da economia mineira estava reunido no evento: academia, empresários e representantes de setores.

Nós, do Diário do Comércio e do Movimento Minas 2032 - Pela Transformação Global, iniciativa do Diário do Comércio e do Instituto Orior, fomos convidados a participar da iniciativa porque reconheceram em nosso trabalho o fomento ao ambiente de negócios de impacto no Estado.

Quando o convite chegou, pensei em nosso começo. Lembrei do meu avô, o visionário José Costa, que plantou essa semente de busca pelo bem comum. Há 92 anos, somos o único veículo de comunicação especializado em economia. E, desde sempre, fazemos jornalismo propositivo nas páginas da história de Minas Gerais.

Encaramos mais essa missão de debater e construir caminhos para negócios junto a órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil com muita garra. Faz parte do nosso propósito promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de um mercado sustentável. E o jornalismo propositivo e articulador é o melhor caminho para isso.

Os debates do evento mostraram que novas perspectivas estão sendo ampliadas e que, em Minas Gerais, somos pioneiros por termos já legislação que versa sobre o tema. As propostas mineiras embasarão a construção Estratégia Nacional de Negócios de Impacto, como verão detalhadamente na matéria a seguir. E no artigo do professor Mário Marques, economista, uma análise sobre como a inovação e a sustentabilidade funcionam na lucratividade das empresas e pela vida na terra.

ECONOMIA INOVADORA

Mapeamento foi feito pela equipe do BH-Tec

ÉLIDA RAMIREZ, Colaboradora

A presidente do Diário do Comércio e coordenadora do Movimento Minas 2032 – Pela Transformação Global, jornalista Adriana Muls, participou, no dia 26 de junho, da primeira rodada de debates do1º Fórum Minas Gerais de Investimentos e Negócios de Impacto.

O Diário do Comércio e o movimento foram convidados a colaborar com as propostas do Fórum para o fortalecimento de uma economia inovadora, lucrativa e regenerativa. "O veículo foi mapeado como parte interessada do ecossistema de negócios de impacto em Minas Gerais por colaborar com o desenvolvimento sustentável e inovador pois produz conteúdos propositivos e promove articulações em todos os setores, o que fomenta um ambiente de governança favorável", comenta Camila Vianna, *head* de sustentabilidade e coordenadora do Centro de Inteligência e Sustentabilidade do Parque Tecnológico de Belo Horizonte, BH-Tec.

Empresários mineiros comprometidos com economia sustentável e de impacto participarão de mais uma etapa preparatória virtual e do encontro presencial, que será no dia 28 de agosto. O objetivo é usar os encontros para mapear o cenário e articular soluções aos desafios existentes para o crescimento econômico em Minas Gerais.

As propostas identificadas no evento estadual mineiro serão encaminhadas para o Fórum Regional do Sudeste, que precederá o Fórum Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto.

Todas as diretrizes regionalizadas serão validadas no Grupo de Trabalho Nacional, responsável para elaboração da Estratégia Nacional de Negócios de Impacto, Enimpacto. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) é que lidera a estratégia por meio de sua Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Departamento de Novas Economias.

A Enimpacto é uma articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil, com o objetivo de promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto.

Inovação e sustentabilidade são lucro

Mário Marques
Economista, especialista em economia teórica e aplicada, mestre em administração e doutorando em administração e professor da faculdade SKEMA

Temos uma pergunta crucial no mercado mineiro: como a inovação é capaz de ser motor crucial para alcançar o desenvolvimento sustentável no contexto econômico. Aguns setores do estado, a mineração, a agricultura tradicional, a indústria siderúrgica e os serviços, ainda estão desafiados a realizar verdadeiramente as práticas sustentáveis e, também, a inovação em seu conceito mais amplo.

Acredito que hoje, exista uma maior conscientização sobre os limites dos recursos naturais e os impactos ambientais das atividades humanas, o que tem levado a uma convergência dessas áreas.

Consequentemente, há a busca quase obrigatória por negócios mais comprometidos em inovar de forma sustentável.

A tendência do ESG *(Environmental, Social and Governance)*, da Nova Economia, também chamada de Economia Verde, são provas da crescente importância da sustentabilidade. Quando bem compreendidas e aplicadas em conjunto com as ferramentas de inovação, podem se converter em um catalisador vital para alcançar a sustentabilidade e lucratividade. Para que isso se torne viável, é primordial que os conceitos de Sustentabilidade Corporativa, Impacto Socioambiental e Negócios de Impacto Socioambiental estejam claros e sejam aplicáveis nas corporações. Entendamos:

"A tendência do ESG, da Nova Economia, também chamada de Economia Verde, são provas da crescente importância da sustentabilidade"

***Sustentabilidade Corporativa** - refere-se às empresas que visam minimizar o impacto negativo das suas atividades como empresa sobre o meio ambiente e a sociedade, porém sem perder o foco na geração de valor econômico e no lucro. Essa abordagem busca integrar princípios de sustentabilidade em todas as suas operações e estratégias, tais como:

Governança Responsável: Implementação de políticas de governança que assegurem a transparência e a responsabilidade em todas as operações.

Redução de Impacto Ambiental: Iniciativas para reduzir a pegada ecológica, como o uso eficiente de recursos, adoção de fontes de energia renováveis, gestão de resíduos, economia circular, logística reversa e redução de emissões de carbono.

Responsabilidade Social: Programas de desenvolvimento comunitário, promoção de direitos humanos, práticas de inclusão e melhorias nas condições de trabalho.

Inovação Sustentável: Investimentos em pesquisa e desenvolvimento para criar produtos e serviços que sejam sustentáveis e inovadores.

Já a Nova Economia, ou Economia Verde, busca conciliar o desenvolvimento econômico com preservação ambiental e justiça social. Os negócios de impacto ambiental são aqueles que tem como principal criar soluções que ajudem a enfrentar os desafios ambientais globais, a perda de biodiversidade e a escassez de recursos naturais, promovendo, ao mesmo tempo, um desenvolvimento econômico sustentável sem perder o foco econômico da lucratividade.

A nova economia combina objetivos econômicos com metas de sustentabilidade, visando minimizar os impactos negativos no meio ambiente e, ao mesmo tempo, maximizar os impactos positivos. Os negócios de impacto ambiental atuam em diversas áreas, tais como:

Energia Renovável: Produção de energia a partir de fontes sustentáveis, como solar, eólica, hídrica e biomassa.

Gestão de Resíduos: Empresas que desenvolvem soluções para a reciclagem, compostagem e redução de resíduos.

Agricultura Sustentável: Técnicas agrícolas que preservam os recursos naturais, como a agroecologia e a agricultura orgânica.

Conservação da Água: Tecnologias e práticas que visam economizar e proteger os recursos hídricos.

Construção Sustentável: Projetos de construção que utilizam materiais ecológicos e técnicas de eficiência energética.

Transporte Sustentável: Desenvolvimento de alternativas de transporte que reduzem a emissão de gases poluentes, como veículos elétricos e sistemas de compartilhamento de bicicletas.

Nessa linha tênue que os diferencia e os une os conceitos de sustentabilidade corporativa e negócios sustentáveis, há um caminho promissor no Estado. Em 2024, Minas Gerais está em uma trajetória de crescimento econômico, impulsionada por uma economia diversificada e um ambiente de inovação dinâmico. A sustentabilidade é um componente chave dessa trajetória, com esforços contínuos para equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e o bem-estar social. A integração dessas áreas é fundamental para assegurar um futuro próspero e sustentável para os mineiros.

A inovação é, seguramente, um dos meios mais assertivos para isso e as parceiras público, privada associando ao meio acadêmico precisam crescer ainda mais. Acredito que a primeira edição do Fórum Minas Gerais de Investimentos e Negócios de Impacto abre caminho para o mapeamento dessas práticas, convergências de ações e instrumentação de políticas públicas.

NEGÓCIOS

A feira reuniu mais de 400 marcas expositoras, que apresentaram as principais opções de investimento em franquias em diversos setores da economia FOTO: DIVULGAÇÃO / ABF FRANCHISING EXPO

Franquias mineiras saem à "caça" na maior feira do setor

EMPREENDEDORISMO Redes de diversos segmentos estiveram presentes nos quatro dias de evento

DANIELA MACIEL, de São Paulo*

Em meio a 440 franquias diferentes, marcas sediadas em Minas Gerais ou com origem no Estado disputam a atenção dos candidatos a franqueados durante a ABF Franchising Expo.

Redes como Arezzo&Co e Chiquinho Sorvetes, que foram fundadas no Estado e hoje têm seus CNPJs no Rio Grande do Sul e São Paulo, respectivamente; e outras como Kopenhagen e Brasil Cacau, por exemplo, que não são mineiras, mas têm unidades fabris em Extrema, no Sul de Minas, marcaram presença na ABF Franchising Expo.

Já na categoria mineiras de corpo e alma, os segmentos presentes foram variados. Entre eles, alimentação, saúde e bem-estar e serviços.

Entre as maiores franquias de Minas está a FarMelhor. Sediada em Passos, no Sul de Minas, a rede conta com mais de 360 unidades espalhadas pelo Brasil. De acordo com o CEO da FarMelhor, Renan Reis, a rede alcançou um crescimento superior ao seu segmento de atuação, aumentando em 21% seu faturamento no ano de 2023. Em 2024, pretende inaugurar mais de 40 lojas e converter outras 50 farmácias independentes.

"Costumo dizer que somos uma franquia 'customizada'. Mais do que crescer exponencialmente, queremos ser capazes de proporcionar ao franqueado uma estrutura que seja eficiente para o seu perfil e da sua localidade. E, ao mesmo tempo, levar segurança e atenção ao cliente final. Quem vai a uma drogaria, via de regra, está passando, no mínimo, por algum desconforto. Essa pessoa precisa ser ouvida e, nisso, acho que o jeito mineiro de ser ajuda muito. As farmácias e drogarias estão se transformando em *hubs* de saúde, então é muito importante que a gente valorize a figura do farmacêutico, inclua outros profissionais de saúde quando for o perfil daquela unidade e tenha um time de atendentes muito bem treinado para fazer uma venda ética, que pense no cliente como uma pessoa que precisa ser acolhida e entendida e não apenas como um consumidor", defende Reis.

Com sede em Belo Horizonte, a Só Multas - empresa especializada em soluções de infrações de trânsito - participa da ABF Expo pela primeira vez. Segundo o cofundador, Clayton Vitor, foram anunciadas novas funcionalidades durante o evento em São Paulo. Os investidores que visitam o estande da marca conheceram o novo modelo de microfranquias, com investimento inicial de R$ 19.990,00.

Renan Reis: em 2024, pretendemos inaugurar mais de 40 lojas FOTO: DIVULGAÇÃO / FARMELHOR

Junior Seixas (esq.) e Clayton Vitor: a cultura da nossa marca é atender bem o cliente FOTO: DIVULGAÇÃO / SÓ MULTAS

> "Costumo dizer que somos uma franquia 'customizada'. Mais do que crescer exponencialmente, queremos ser capazes de proporcionar ao franqueado uma estrutura que seja eficiente para o seu perfil"
> Renan Reis

"A cultura da nossa marca é atender bem o cliente e podemos estar em cidades de qualquer porte, partindo desde um franqueado que vai trabalhar em *home office*, até quem vai ter uma loja com equipe. Ainda assim, não corremos o risco de termos franqueados concorrendo entre si porque existe uma demanda gerada e distribuída pela franqueadora", pontua Clayton Vitor.

No setor de alimentação, a Jah - franquia de açaí, sorvetes e picolés -, também com sede e planta produtiva em Belo Horizonte, está pela segunda vez na ABF Expo. Presente em 14 estados brasileiros e com mais de 160 unidades em funcionamento, a Jah inovou com o Jah Coffee, inspirada no modelo *store in store*. O formato promete proporcionar aos consumidores uma experiência única ao combinar a oferta dos produtos já conhecidos do Jah à tradição das cafeterias. O investimento inicial para integrar o Jah Coffee ao portfólio de uma loja começa em R$ 121 mil.

O fundador da marca, Diego Dutra, levou o açaí para a sua cidade natal, Conselheiro Lafaiete (região Central), onde tudo começou.

"Fomos pioneiros no autoatendimento através de maquinário. O cliente tem autonomia da escolha do pote aos complementos. Desenvolvemos esse modelo de 2009 a 2014. Por meio de um *franchising* integro queremos levar a Jah para todo o Brasil. Estamos desenvolvendo formatos de negócios para conseguir alcançar as pequenas cidades, especialmente em Minas. O *store in store* é a nossa aposta pra isso", explica Dutra.

*A repórter viajou a convite da ABF

Startup leva solução para ABF Expo

E até quem não é franquia, mas é de Minas, esteve na feira. A Seu Cliente Oculto - *startup* de *customer experience* (CX) - desenvolveu uma tecnologia que promete transformar a forma de como as avaliações de clientes ocultos são conduzidas e interpretadas, ampliando sua credibilidade e dando novos *insights* para as empresas.

Segundo o CEO e fundador da Seu Cliente Oculto, Bruno Vasconcelos, a IA criada pela marca coleta e analisa todas as respostas dos clientes ocultos, identificando as palavras mais frequentemente usadas e o contexto emocional por trás dessas interações.

"A plataforma agora pode transformar áudios em dados, fornecendo uma compreensão mais profunda do *feedback* do cliente. Temos entre os nossos clientes tanto franqueadoras como franqueados. Para o dono de uma ou poucas unidades, a tecnologia oferece o monitoramento da satisfação do consumidor. Já para a rede, pela própria massa de dados, ela oferece inteligência de mercado, trazendo informações em blocos e gerando diagnósticos", explica Vasconcelos. **(DM)**

(da esq. para dir.) Eduardo Pinheiro, Bruno Vasconcelos e Anderson Barreto: quem não monitora a qualidade do serviço vai ficar muito para trás FOTO: DIVULGAÇÃO / SEU CLIENTE OCULTO

Globalfruit prevê avanço de 20% no faturamento, somando R$ 250 milhões

BEBIDAS Com sede em Minas, empresa colhe os frutos de um aporte de R$ 44 milhões

MICHELLE VALVERDE

Após receber investimentos de R$ 44 milhões entre 2019 e 2023, a Globalfruit, com sede em Visconde do Rio Branco, na Zona da Mata de Minas Gerais, está em pleno crescimento. A modernização e ampliação do parque fabril foi essencial para expansão no mercado. Além disso, a empresa é líder no mercado *co-packers,* sendo assim a responsável pelo envase de produtos de outras marcas de bebidas.

A forte atuação no mercado tem permitido bons resultados. Para 2024, a estimativa é faturar R$ 250 milhões, superando em 20% o resultado de 2023.

Conforme o CoCeo da Globalfruit, Rafael Vaz, entre 2019 e 2023, a empresa recebeu aportes que somaram R$ 44 milhões. O valor permitiu a modernização, compra de equipamentos e expansão da capacidade.

Hoje, a Globalfruit conta com uma capacidade instalada de envase de 12 milhões de litros de bebidas variadas ao mês. O volume de envase em uso cresce de forma escalonada e, hoje, opera próximo a 50% da capacidade.

"Em 2018, assumimos a fábrica, que estava parada. A partir de 2019, fizemos diversos aportes, colocando a unidade toda em dia. Investimos nos equipamentos, na segurança, em tecnologia e em modernização. Apostamos também na questão da qualidade, que é o ponto chave. Assim, a indústria foi crescendo".

A unidade da Globalfruit possui 110 mil metros quadrados, sete linhas de envase para diferentes tipos de embalagens, como *bags,* lata, *tetra pak*. A unidade envasa sucos, chás e bebidas para várias marcas como Coca-Cola, Ambev, McDonald's e Dobem. Há também atendimento para bebidas não alcoólicas voltado para marcas próprias dos supermercados, como Mart Minas. %

> **"Em 2018, assumimos a fábrica, que estava parada. A partir de 2019, fizemos diversos aportes, colocando a unidade de Visconde do Rio Branco toda em dia"**
> Rafael Vaz

Sede da Globalfruit, localizada em Visconde do Rio Branco, na Zona da Mata de Minas Gerais, tem 110 mil metros quadrados; empresa é líder no mercado *co-packers* FOTO: SHARPFILMS

A Globalfruit conta com capacidade instalada de envase de 12 milhões de litros de bebidas variadas ao mês; empresa opera com 50% de ociosidade FOTO: REPRODUÇÃO / SITE GLOBALFRUIT

Empresa vai envasar caldos culinários

Em cinco anos, a receita da Globalfruit passou de R$ 308 mil para R$ 195 milhões em 2023. E a expectativa é de novo crescimento em 2024, alcançando a receita de R$ 250 milhões e superando em 20% o resultado de 2023.

"Nos Estados Unidos, é muito comum as empresas terceirizarem o envase, mas, no Brasil, são poucas as empresas que prestam esse serviço. Normalmente, elas possuem a linha de envase para os produtos próprios e envasam para terceiros apenas completando a capacidade. Somos a única do segmento 100% *co-packers*, para atender as marcas. Assim, fugimos da competição e conseguimos expandir no mercado", explicou o CoCeo da Globalfruit, Rafael Vaz.

Além do envase das bebidas, a Globalfruit também está diversificando as atividades. A empresa adquiriu uma fábrica no Sul do País para a produção de caldos culinários. O produto, que se diferencia no mercado por ser líquido, será envasado na unidade de Visconde de Rio Branco. Neste projeto, a Globalfruit tem como sócios na produção do Vero Brodo, a cantora Ivete Sangalo e o marido Daniel Cady. **(MV)** %

INOVAÇÃO

Minas Summit reuniu 10 mil pessoas

A segunda edição do Minas Summit se consolida com um dos mais importantes eventos de inovação corporativa do País. Realizado nos dias 26 e 27 de junho, no Minascentro, em Belo Horizonte, o grande encontro da atual cena inovadora reuniu cerca de 10 mil pessoas.

Ao todo foram mais de 1.500 *startups* envolvidas, 300 painelistas e 80 horas de conteúdo, uma conexão entre empresas mineiras, nacionais e internacionais que deve gerar mais de R$ 50 milhões em negócios. O Minas Summit é uma realização do Grupo FCJ, do Órbi Conecta e do San Pedro Valley.

"Tivemos representantes de todos os estados brasileiros, assim como comitivas de Dubai, Israel, Estados Unidos, Irlanda, Chile e Inglaterra, para participar das ricas discussões que promovemos, porque eles, assim como nós, acreditam no poder do cenário de inovação que Minas Gerais proporciona. Reunir tantas pessoas em um só lugar, onde negócios inovadores são os protagonistas, mostra nossa potência transformadora", celebra a CEO do Órbi Conecta, Dany Carvalho.

"Chegamos ao final do Minas Summit com a sensação de dever cumprido e corações cheios de orgulho. O evento superou todas as nossas expectativas, colocando Minas Gerais no mapa dos grandes eventos de inovação do Brasil. Tornou-se um verdadeiro palco de aprendizado, *networking*, negócios e inspiração. Que venha 2025", avalia o CEO da FCJ, Paulo Justino.

O evento foi o escolhido pelo governo de Minas para o anúncio de mais de R$ 1 bilhão de investimento nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação até 2026, comunicado pelo próprio governador, Romeu Zema. O público também conferiu o lançamento e assinatura da nova plataforma de negócios do Agro Brasileiro pelo Ministério da Agricultura, com a presença do coordenador geral de Inovação do Ministério da Agricultura, César Teles; assim como o lançamento do Manifesto em prol da Ciência, Tecnologia e Inovação do Ecossistema Mineiro.

Com auditório lotado, Berthier Ribeiro Neto, diretor sênior de engenharia do Google, abordou a trajetória da gigante da tecnologia em Minas e no Brasil, desde 2005. *Startups* consolidadas também compartilharam suas jornadas de sucesso, como os relatos de Mônica Hauck, fundadora e CEO da *startup* Sólides; Rodrigo Cartacho, fundador da Sympla; Daniel Costa, fundador da *startup* Blip; e Pedro Vasconcellos, cofundador da Woba.

Seguindo a tendência atual, as perspectivas sobre Inteligência Artificial estiveram nos palcos do evento. Além disso, alguns nomes mostraram que a inovação fura bolhas e está em todos os segmentos, seja no esporte, como mostrou a *head* de inovação do Atlético Mineiro, Débora Saldanha; ou na cultura, como Henrique Portugal, ex-tecladista do Skank, contou no case "Carregador de Piano".

Quando o assunto é dinheiro digital, Murilo Guimarães, Superintendente do Banco Inter, deu o recado: "O Brasil já é um *case* de sucesso no mundo com o PIX, só em maio foram quase 2 mil transações por segundo. A tecnologia tem que servir a sociedade e o dinheiro digital é a nova forma de transacionar valores".

Já André Petenussi, CTO da Localiza&CO, destacou a importância da transformação digital nas empresas. "Na atualidade, o mais importante é direcionar esforços para o desenvolvimento de recursos e competências em inovação e tecnologia, e isso requer pessoas capacitadas e uma cultura que propicie esse movimento", ressaltou. %

VINHO DA CASA

MARCELLE JUSTO

Jornalista especializada em vinhos. Certificada pela inglesa WSET e pela ABS RJ, cursou Introdução à Enologia no Senac-Rio. Em Paris, participou de workshops e degustações na École de Cuisine Alain Ducasse e no Paroles de Fromages. Atuou no Jornal do Brasil e O Dia.

Turismo de terroir ganha força no Sudeste

Os números da Associação Nacional de Produtores de Vinhos de Inverno (Anprovin) podem até parecer tímidos. Dos 78 mil hectares de vinhedos plantados no Brasil, o grupo tem apenas 318. Os resultados em concursos internacionais, porém, evidenciam que a qualidade é o diferencial que faz os rótulos do Sudeste se destacarem.

Na última semana, o conceituado Decanter World Wine Awards anunciou os vencedores da atual edição. Entre os premiados, oito vinícolas de Minas Gerais - Casa Geraldo, Estrada Real, Artesã, Barbara Eliodora, Maria Maria e Sacramentos Vinifer - e São Paulo - Davo e Villa Santa Maria. Davo e Barbara Eliodora se destacaram ainda no Concours Mondial de Bruxelles e Barbara repete o feito no Syrah du Monde.

> ***"A produção de vinhos boutique estimula outras iniciativas e viabiliza a economia local. Somos competentes, mas ainda não competitivos; o enoturismo é a maneira de mostrar o produto"***

"O processo da Dupla Poda começa no campo e nos coloca no mapa de qualidade do mundo", orgulha-se o novo presidente da Anprovin, Cláudio Góes, sócio da vinícola Góes, em São Roque, São Paulo.

O barulho bom desse time de vitivinicultores alcança toda uma cadeia gastronômica e cria roteiros de enoturismo raiz. Na Davo, por exemplo, há vinhos premiados e café de excelência, ambos servidos nas refeições do hotel. Roteiros que podem ser chamados de turismo de terroir, com harmonizações próprias. É o caso da Sacramento, na Serra da Canastra. E o robusto percurso da Serra da Mantiqueira, repleto de queijos como os de Cruzília, com qualidade internacionalmente reconhecida.

Outra tendência é investir em oliveiras para produção de azeites. Além de compotas e comidinhas. Cenário propício para a poderosa indústria do turismo.

"A produção de vinhos butique estimula outras iniciativas e viabiliza a economia local. Somos competentes, mas ainda não competitivos; o enoturismo é a maneira de mostrar o produto. O ponto alto é que estamos próximos aos grandes centros do País", afirma Góes.

Entre os dias 19 e 21, o novo presidente da Anprovin estará na Expovitis Brasil 2024 - Feira Nacional de Viticultura, Enologia e Enoturismo, que será em Brasília. O estande terá 23 produtores para degustações, masterclasses e venda direta. "Há mudança no foco da gestão, estamos um pouquinho mais marqueteiros. Vamos a feiras menores, ligadas diretamente ao público, para as pessoas provarem nosso vinho", explica.

Na sua vinícola, o enoturismo representa 10% do faturamento, mas um dado chama a atenção: 80% da produção de vinhos finos vão para os visitantes. Mês que vem, haverá novas áreas para receptivo. Projetos modernos que vão se juntar ao prédio histórico, construído pelos antepassados portugueses, que deram origem ao negócio da família, em um dos principais polos de vinho de mesa do País.

Guia ensina empresários a impulsionar negócios com ChatGPT e Gemini

LANÇAMENTO **Publicado pela DVS Editora, livro é para aqueles que desejam aprimorar suas potencialidades a partir dos benefícios da Inteligência Artificial**

Em "Domine seu negócio com IA", o Doutor em Ciências da Comunicação com ênfase em neurociências aplicadas a negócios, Alexandre Rodrigues, apresenta o mais completo guia prático para estudantes, empreendedores e profissionais que desejam aproveitar o poder da Inteligência Artificial para impulsionar o crescimento pessoal e o desenvolvimento de ideias e negócios.

Publicada pela DVS Editora, a obra conta com mais de 50 ferramentas de gestão estratégicas apresentadas em forma de aplicações práticas para uso imediato em ChatGPT e Gemini. Utilizando modelos prontos, já testados nos mais diversos cenários, esses recursos podem ser facilmente aplicados no dia a dia, permitindo que, interessados de qualquer campo profissional, colham benefícios informacionais, sob diferentes perspectivas de forma rápida e assertiva.

O lançamento tem como pano de fundo a união entre ferramentas inteligentes e a evolução tecnológica construída pelas mais brilhantes mentes nos últimos 30 anos, desde a visão dos precursores da administração e empreendedorismo a ascensão da internet e a revolução da Inteligência Artificial. Segundo o autor, hoje o mundo está diante de uma revolução ainda maior: a acessibilidade aos modelos de LLM (*Large Language Model*) e o potencial da IA para remodelar as formas de fazer, analisar, criar, simular e conduzir negócios.

Ao longo das páginas, o professor oferece uma jornada completa para quem deseja entender, de forma simples e amigável, como aplicar efetivamente os modelos de linguagem de Inteligência Artificial, ChatGPT e Gemini, através de um portfólio completo de prompts prontos para uso imediato, sem que haja a necessidade de conhecimento prévio em tecnologia de informação.

Os leitores encontrarão em cada uma das mais de 50 aplicações apresentadas, desde os conceitos fundamentais e resultados específicos provenientes de cada uma até a aplicação dessas inovações na criação de ideias, projetos e análises reais completas sobre qualquer tipo e tamanho de negócio.

Além do conjunto completo de modelos já prontos para uso, Rodrigues aproveita-se de sua experiencia de mais de 25 anos de consultoria e formação executiva para ensinar como criar prompts (comandos) mais eficientes para comunicar aos modelos de IA refletindo da melhor forma o que o empreendedor busca ou as informações que deseja obter.

Também será possível aproveitar esses ensinamentos para desenvolver por si só, tarefas como criar um logotipo personalizado, definir um slogan único, montar planos estratégicos específicos a sua necessidade, conhecer mais profundamente as características de seu conjunto de personas, descobrir possibilidades de inovação, abordagem de vendas aos mais diferentes públicos e canais, meios de medir resultados, desenvolvimento de planos de ação e mais uma infinidade de informações sobre qualquer tipo de negócio.

O livro também mostra, como atividade extra, maneiras de aproveitar a IA para acelerar a leitura de livros, otimizar pesquisas acadêmicas, organizar plano de cursos e formações, gestão de tempo, montar planos financeiros e até mesmo elaborar treinos de exercícios físicos, entre outros *insights*. Além disso, explora como tomar decisões mais eficazes, apresenta insights para escalar negócios e, até mesmo, formas de análise e construção de currículos.

"Domine seu negócio com IA" é uma inovação em matéria de desenvolvimento de inteligência. Um manual que pode ser utilizado tanto pelo jovem iniciante que sonha com a sua autonomia empreendedora quanto ao mais experiente CEO que ganhará um consultor de bolso, disposto a ajudá-lo e orientá-lo a qualquer momento.

Este guia, portanto, tem como diferencial fornecer não apenas teoria, mas também modelos práticos que podem ser imediatamente utilizados em qualquer tipo de mercado para atender qualquer tipo de cliente e vender qualquer tipo de produto ou serviço. Uma obra indispensável para aqueles que desejam autonomia, ao mesmo tempo que buscam se manter atualizados em seus mercados, aproveitando o que de melhor as ciências da gestão empresarial e Inteligência Artificial pode prover.

Alexandre Rodrigues, PhD
DOMINE SEU NEGÓCIO COM IA
+ DE 50 FERRAMENTAS ESTRATÉGICAS PRÁTICAS VIA CHATGPT & GEMINI
DVS EDITORA

FICHA TÉCNICA
Título: Domine seu negócio com IA
Autor: Alexandre Rodrigues
Editora: DVS Editora
Páginas: 384
Preço: R$ 94

FILOSOFIA

Cortella e Rossandro abraçam as dores humanas em livro

Em um mundo em que a fuga da dor é quase que um reflexo automático, enfrentá-la tornou-se ainda mais vital. É nesse contexto que os renomados pensadores Mario Sergio Cortella e Rossandro Klinjey lançam "As quatro estações da alma: Da angústia à esperança", obra que promete não apenas expor, mas também acolher as dores e os desafios da jornada humana.

Por meio de diálogos profundos e reflexivos, os autores exploram a complexidade da existência humana, destacam a importância de encarar os problemas de frente, em vez de fugir dos altos e baixos que as estações da vida apresentam. Cortella e Rossandro encorajam o leitor a abraçar cada fase para reconhecer que a verdadeira transformação acontece no enfrentamento das dores.

Eles compartilham conhecimentos, vivências e alternam opiniões e comentários, com uma linguagem envolvente e bem-humorada. Um dos assuntos que permeiam a obra é o contexto das redes sociais, que muitas vezes trazem uma visão idealizada da vida. Os autores ressaltam a importância de perceber e refletir que se trata de uma realidade cheia de filtros, ou seja, um recorte deturpado do que está sendo de fato vivido.

Rossandro observa que a incapacidade de tolerar adversidades são indicativos de uma sociedade desconectada das próprias dores. Como exemplo, ele cita o término de um relacionamento amoroso, quando a pessoa é incentivada a encontrar um novo amor como forma de alívio. "Você precisa vivenciar esse luto, pois encontra-se vulnerável e carente. Se sair à procura de um novo amor nesse estado pode acabar conhecendo alguém que vai ferir você ainda mais", alerta.

Cortella enfatiza a necessidade de transformar as experiências dolorosas em oportunidades: "Pior que aprender pela dor é com a dor nada aprender, tendo por ela passado, porque aí é um desperdício". Ele lembra que, mesmo que a dor não seja buscada deliberadamente, ela pode se tornar uma mestra.

Mais do que uma simples leitura, esse livro é como se fosse uma sessão de terapia com os melhores profissionais das áreas de filosofia e psicologia. Uma inspiração para todos que ousam enfrentar as dores da alma.

FICHA TÉCNICA
Título: As quatro estações da alma - Da angústia à esperança
Autores: Mario Sergio Cortella e Rossandro Klinjey
Editora: Papirus 7 Mares
Páginas: 160
Preço físico: R$ 59,90
Preço e-book: R$ 39,90

PAPIRUS DEBATES
MARIO SERGIO CORTELLA
ROSSANDRO KLINJEY
AS QUATRO ESTAÇÕES DA ALMA
DA ANGÚSTIA À ESPERANÇA
PAPIRUS 7 MARES

LIVROS

Um retrato literário sobre a hipocrisia

O CIDADÃO DE BEM
MAURICIO GOMYDE

Sem perder a essência de instigar o leitor a desvendar um mistério no decorrer das páginas, em "O Cidadão de Bem" o escritor Maurício Gomyde evidencia a polarização por meio de dois personagens principais, que, embora amigos, têm posições antagônicas e divergem em quase tudo. Para o mundo, Dr. Roberto é um profissional sério e respeitado, mas em casa e nas redes sociais se manifesta como um defensor fervoroso do armamento civil, que não esconde o preconceito contra negros e homossexuais, além das atitudes elitistas. Resistindo a cidadãos como ele, o leitor conhece Rafael, um jornalista que sonha se tornar escritor e que, mesmo tendo falhado com a família no passado, luta por um mundo mais pacífico e tolerante, não apenas para ele, mas principalmente para as filhas e as gerações futuras. A incógnita da narrativa é revelada pelo autor em doses homeopáticas. (O cidadão de bem, Maurício Gomyde, Qualis Editora, 278 páginas, R$ 44)

Onde repousam as mentiras

FARIDAH ÀBÍKÉ-ÍYÍMÍDÉ
ONDE REPOUSAM AS MENTIRAS

Sade Hussein é uma herdeira milionária que sempre precisou estudar em casa e, agora, perdeu todos que ama. Depois da recente morte do pai, continuar com os estudos domiciliar parecia ainda mais solitário. Decidida a recomeçar a vida longe dos fantasmas do passado, Sade inicia o penúltimo ano do ensino médio na Academia Alfred Nobel - um dos mais prestigiados internatos de elite do Reino Unido. Porém, o que parecia um novo começo, torna-se mais um trauma na vida da adolescente: a amiga de quarto de Sade, Elizabeth Wang, desapareceu e os colegas de classe colocaram a novata no topo da lista de suspeitos. É em meio a este suspense psicológico que a premiada autora do best-seller "Ás de espadas", Faridah Àbíké-Íyímídé, apresenta o livro "Onde repousam as mentiras", publicado no Brasil pela Plataforma21. Neste enredo, com protagonismo negro e representatividade LGBTQIAP+ - marcas registradas da escritora inglesa -, Sade percebe que o colégio prefere abafar o caso ao invés de procurar a menina desaparecida. Ela, então, decide investigar por conta própria o paradeiro o colega enquanto tenta provar sua inocência. (Onde repousam as mentiras, Faridah Àbíké-Íyímídé, Plataforma21, 512 páginas, R$ 89,90)

Liberdade emocional: como impor limites saudáveis?

A CULPA NÃO É SUA
LAURA K. CONNELL

Ciclos abusivos, manipulação, culpa, vícios e isolamento são repetições comuns na fase adulta, muitas vezes originadas na infância. No livro "A culpa não é sua", publicado no Brasil pela Latitude, a autora canadense e especialista em impactos causados por traumas, Laura K. Connell, combina a experiência pessoal com pesquisas científicas para auxiliar o leitor a identificar pessoas tóxicas e saber como impor limites em diferentes situações do cotidiano – associadas a amizades, relacionamentos amorosos, trabalho e família. Desde criança, a autora sentia que havia algo de errado, que a impedia de aproveitar o sucesso, o amor e a aceitação que os outros desfrutavam. Esse sentimento gerou diversos traumas na fase adulta e, até mesmo, a levou ao alcoolismo. Somente após anos de acompanhamento psicológico, Laura K. Connell compreendeu que o abuso emocional e a negligência sofridos na infância eram fruto de uma dinâmica familiar disfuncional. Isso envolvia pais incapazes de lidar com as próprias questões internas. (A culpa não é sua, Laura K. Connell, Editora Latitude, 176 páginas, R$ 52,90)

LEGISLAÇÃO

Em Minas, dengue causa 15 afastamentos por dia

TRABALHO De janeiro a maio, foram concedidas 2.194 licenças de saúde devido à doença

DIONE AS

Em Minas Gerais, 2.194 trabalhadores foram afastados do trabalho nos primeiros cinco meses de 2024, a maioria deles, funcionários do setor de varejo, representando 18% do total. Isso significa 15 funcionários afastados por dia no Estado devido à doença.

Em todo o Brasil, a dengue tem sido a causa de licenças de saúde de milhares de trabalhadores, conforme dados levantados pela VR, empresa especializada em soluções e benefícios para colaboradores e empregadores.

Segundo o levantamento, entre janeiro e maio deste ano, 13.590 trabalhadores já apresentaram atestados médicos para a doença, resultando em um total de 2.907 dias de afastamento. Esse número representa uma média de 86 trabalhadores afastados diariamente por dengue.

A pesquisa da VR analisou, ainda, dados de 28.328 empresas em todo o País, sendo 90% delas micro e pequenas empresas, responsáveis pela gestão de 1.192.780 trabalhadores brasileiros.

Os setores mais afetados foram construção e imobiliárias (16%), varejo (15%) e indústria (10%).

Para facilitar a gestão de recursos humanos, inclusive o controle dos afastamentos no trabalho, a VR disponibiliza o Portal do Empregador, onde é possível administrar ponto digital, gestão de turnos, jornadas e escalas, além do apoio do assistente virtual.

O Diário do Comércio consultou especialistas para orientar sobre os protocolos a serem seguidos no ambiente de trabalho em caso de suspeita de dengue.

O médico infectologista Luiz Otávio Medeiros explica que o afastamento por dengue pode variar de três a dez dias, dependendo da gravidade dos sintomas e da evolução do quadro clínico da pessoa. Em casos mais graves, o período de afastamento pode ser ainda maior que dez dias.

Protocolo - A infectologista Beatriz Amaral esclarece que o afastamento por dengue não depende de um diagnóstico confirmatório, seja clínico ou por teste laboratorial, mas sim da incapacidade temporária da pessoa para exercer suas atividades laborais. O médico Luiz Otávio Medeiros complementa que, embora o teste não seja obrigatório, em casos em que é viável realizá-lo, isso pode auxiliar no prognóstico da doença e nas orientações médicas.

Os especialistas ressaltam que o protocolo a ser seguido no trabalho em caso de sintomas de dengue varia de acordo com a gravidade dos sinais da doença. Além de comunicar sobre os indícios ao gestor direto, é fundamental procurar o médico e monitorar qualquer agravamento dos sintomas para garantir o tratamento adequado. Beatriz Amaral acrescenta a importância da hidratação, repouso, evitar a automedicação e estar atento aos sintomas para uma boa recuperação em casos de dengue.

Levantamento da VR aponta que, no Brasil, 13.590 trabalhadores apresentaram atestados médicos de casos de dengue em cinco meses FOTO: FERNANDO FRAZÃO / AGÊNCIA BRASIL

DISPUTAS TRIBUTÁRIAS

Petrobras faz acordo com PGFN e Receita

Brasília - A Petrobras encerrou as disputas tributárias com a União no valor de R$ 45 bilhões, dos quais cerca de R$ 35 bilhões com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e aproximadamente R$ 10 bilhões com a Receita Federal.

A transação tem como objeto a negociação de débitos em contencioso administrativo ou judicial envolvendo discussões sobre incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) sobre remessas ao exterior, decorrentes da bipartição do negócio jurídico pactuado em um contrato de afretamento de embarcações ou plataformas e outro, de prestação de serviços.

O acordo firmado envolve tanto créditos inscritos na dívida ativa da União quanto no contencioso administrativo fiscal, no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A transação prevê desconto de até 65% do saldo devido, isto é, excluídos os valores em garantia e após a compensação tributária. O valor acordado será pago em sete parcelas.

A estatal aderiu ao edital no dia 20 de junho deste ano.

No dia 5 de abril, a PGFN e a Receita - dois órgãos vinculados ao Ministério da Fazenda - publicaram a versão preliminar do edital da chamada transação tributária que ficou em consulta pública para receber sugestões até o dia 12 do mesmo mês.

A proposta previa descontos de 60% sobre o valor cobrado, com entrada de 30% e quitação do restante em seis meses, ou de 35%, com entrada de 10% e parcelamento em até dois anos.

O acordo com a Petrobras precisou passar por um processo complexo de governança dentro da companhia, o que inclui aprovação dos minoritários. A Fazenda, no entanto, já esperava o aceite da empresa, visto que o desconto da dívida é considerado muito atrativo.

Dividendos - O pagamento de dividendos extraordinários abre o caminho para o acordo. Além de reforçar o caixa da União e ajudar o governo na buscar do cumprimento da meta fiscal de déficit zero, os dividendos abrem caminho para a ampliação de gastos em 2025.

Pelas regras do arcabouço fiscal, se os recursos de um eventual acordo para encerrar litígios ingressarem ainda no primeiro semestre deste ano no caixa do Tesouro, essa arrecadação entrará no cálculo para a definição do tamanho do crescimento das despesas no ano seguinte até o limite de alta de 2,5% real permitido na nova regra fiscal.

Quanto maior for a arrecadação dos acordos de transação mais próximo o governo consegue chegar no teto de 2,5%, ampliando o espaço que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá à disposição para gastar mais no penúltimo ano do seu governo.

Somente em 2023, a PGFN recuperou quase R$ 50 bilhões em créditos inscritos em Dívida Ativa da União, 23% a mais em comparação ao ano anterior. Desse montante, cerca de R$ 20 bilhões decorreram de transação tributária. **(Folhapress)**

IMPOSTO DE RENDA

Fisco libera R$ 8,5 bilhões em lote de restituições

Brasília - Cerca de 5,75 milhões de contribuintes receberam R$ 8,5 bilhões em restituições do Imposto de Renda de Pessoa Física na sexta-feira (28). Segundo a Receita Federal, esta leva de restituições foi destinadasa contribuintes prioritários. O pagamento da restituição foi depositado na conta bancária informada na declaração, de forma direta ou pela chave Pix indicada.

"Se, por algum motivo, o crédito não for realizado (por exemplo, a conta informada foi desativada), os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil", informou o Ministério da Fazenda. Neste caso, basta ao contribuinte reagendar o crédito por meio do Portal BB ou ligando para a central de relacionamento BB nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Entre os 5.755.667 contribuintes prioritários que receberam este lote de restituição, 140.360 têm idade acima de 80 anos; 1.024.071 têm idade entre 60 e 79 anos; 66.287 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave; 459.444 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério; e 3.812.767 contribuintes que não possuem prioridade legal, mas que receberam prioridade por terem utilizado a Declaração Pré-preenchida ou optado por receber a restituição via Pix. **(ABr)**

CURTAS

Posse da nova diretoria do TJMG

Na segunda-feira (1º), às 17h30, no Grande Teatro do Palácio das Artes, será realizada a solenidade de posse dos integrantes da nova diretoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para o biênio 2024/2026. O evento será transmitido pela TV Assembleia, pelo canal oficial do TJMG no YouTube e pela Rádio TJ Minas. Serão empossados o presidente do TJMG, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior; o 1º vice-presidente, desembargador Marcos Lincoln dos Santos; o 2º vice-presidente, desembargador Saulo Versiani Penna; o 3º vice-presidente, desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima; o corregedor-geral de Justiça, desembargador Estevão Lucchesi de Carvalho; e a vice-corregedora-geral de Justiça, desembargadora Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça.

Exclusão do ICMS-ST do PIS/Cofins

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu a partir de quando passa a valer a decisão que excluiu o ICMS-ST (substituição tributária) da base de cálculo do PIS/Cofins. Por unanimidade, os ministros decidiram que serão preservadas as ações judiciais propostas até março de 2017, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (conhecida como a "tese do século"), anos antes de o STJ julgar o ICMS-ST. A decisão terá efeitos a partir de 15 de março de 2017, com exceção das ações judiciais e administrativas que foram protocoladas até a data da sessão de julgamento..

Recesso no Supremo

O Supremo Tribunal Federal (STF) terá o plantão de julho dividido entre o vice-presidente, ministro Edson Fachin, que responderá pela presidência do tribunal entre os dias 1º e 16 de julho, e o presidente, ministro Luís Roberto Barroso, que assume os trabalhos entre os dias 17 e 31 de julho. Os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e André Mendonça trabalharão normalmente em todo o acervo durante as férias de julho. Os pedidos urgentes que chegarem para os demais ministros ou os novos processos distribuídos a eles no período que tenham pedido de liminar serão analisados pelo plantão da presidência. Na segunda-feira (1º), haverá uma sessão administrativa virtual para publicação do balanço das atividades do semestre. Os trabalhos serão retomados com sessão plenária presencial prevista para o dia 1º de agosto.

Prazos processuais civis

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) informa que, devido às férias forenses, os prazos processuais civis ficarão suspensos entre os dias 2 e 31 de julho, conforme consta da Portaria STJ/GDG 530. Segundo a determinação, nos processos civis deverão ser observados os artigos 219 e 224 do Código de Processo Civil. Quanto aos prazos processuais penais, deve ser observado no mesmo período o disposto no artigo 798, caput e parágrafos 1º e 3º, do Código de Processo Penal. O expediente da Secretaria do STJ, durante esse período, será das 13h às 18h, inclusive para o atendimento ao público externo. Após as férias forenses, o ano judiciário será retomado no dia 1º de agosto, com sessão da Corte Especial.

FINANÇAS

Plano Real chega aos 30 anos com a estabilidade como legado

MOEDA Programa foi lançado em 1994 após a inflação oficial do País atingir 2.477% no ano anterior

JULIANA GONTIJO

O Plano Real completa 30 anos. Antes dele, o Brasil chegou a conviver com a hiperinflação e colecionava vários planos econômicos na tentativa de contê-la. Foram quatro moedas e seis planos implementados no período de 1986 a 1994. Um ano antes do plano, que trouxe a estabilização da economia, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é a inflação oficial do País, chegou a 2.477% em 1993, bem diferente do cenário atual, com alta de 3,93% no acumulado dos últimos 12 meses finalizados em maio, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entidades e economistas ouvidos pelo Diário do Comércio avaliaram de forma positiva o plano e seus impactos em diferentes setores da atividade produtiva. Eles destacaram que a estabilidade da economia contribuiu para dar mais previsibilidade aos negócios e, logo, permitiu o desenvolvimento de estratégias de longo prazo, e os consumidores se livraram da remarcação diária dos preços e ganharam poder de compra.

O presidente do Sistema Faemg Senar, Antônio de Salvo, ressalta que uma economia mais estável, com previsibilidade das taxas inflacionárias favorece a classe produtora. "Dessa forma, podemos produzir com mais tranquilidade", diz. Ele destaca que o Plano Real ajudou a reduzir a especulação e contribuiu para aumentar a produção brasileira nos mais diversos setores.

O dirigente acrescenta que, apesar dos diversos pontos positivos trazidos pelo Plano Real, ajustes na economia são fundamentais, já que o cenário muda com o passar dos anos e devem levar em consideração períodos de seca, intempéries climáticas e épocas de guerra e paz. "Esses ajustes precisam ser bem feitos para que a gente possa continuar crescendo", observa.

Ele ressalta que o País melhorou muito desde a implantação do Plano Real para os dias atuais, já que a inflação corroía a renda de boa parte da população. "A implantação do Real foi muito importante e fez com que o Brasil crescesse", diz.

Para Marcelo de Souza e Silva,o Plano Real é o alicerce da economia atual FOTO: DIVULGAÇÃO / PAULO MARCIO

"Apesar de atualmente enfrentarmos uma desvalorização de nossa moeda frente ao dólar e ao euro, ainda temos competitividade internacional, temos a economia mais forte da América do Sul, graças ao Plano Real. Além disso, o plano nos permite controlar com mais facilidade cenários internos de inflação"
Marcelo Souza e Silva

Competitividade - O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, observa que, com o passar dos anos, hoje muitas pessoas não lembram ou não têm a dimensão da época da hiperinflação no País. "O Plano Real acabou com o ciclo inflacionário no Brasil e trouxe uma perspectiva de estabilidade com relação a preços para as pessoas", destaca. O dirigente acrescenta que o plano foi fundamental para que a economia brasileira pudesse crescer e o País se tornasse competitivo em relação aos pares internacionais.

Para o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH), Marcelo de Souza e Silva, o Plano Real mudou o cenário econômico no Estado, assim como no País, com reflexos sentidos até hoje, entre eles, maior previsibilidade econômica. "É inegável que o Plano Real foi o alicerce da economia brasileira desde 1994", frisa.

"Apesar de atualmente enfrentarmos uma desvalorização de nossa moeda frente ao dólar e ao euro, ainda temos competitividade internacional, temos a economia mais forte da América do Sul, graças ao Plano Real. Além disso, o plano nos permite controlar com mais facilidade cenários internos de inflação. A avaliação desses 30 anos é bastante positiva", acrescenta.

Presidente do Corecon aponta divisor de águas

O principal mérito do Plano Real foi ter domado a inflação, diferente das estratégias anteriores, como os congelamentos dos preços feitos na década de 80, avalia a presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), Valquíria Aparecida Assis.

"O Plano Real se mostrou um verdadeiro divisor de águas na história econômica do Brasil nos últimos 30 anos, sua contribuição para a estabilização de preços foi notável, acabando com a inflação que minava a confiança no País", destaca.

Ela ressalta os impactos sociais do plano, que contribuiu para a retomada do poder de compra dos assalariados, em especial dos mais pobres, que eram corroídos pelas elevadas taxas de inflação, num cenário de remarcações constantes dos preços.

Apesar dos avanços no processo de controle de preços e no desenvolvimento econômico do País, a presidente do Corecon-MG ressalta que o Brasil ainda possui grandes desafios, como por exemplo, a necessidade de aumentar o nível de produtividade. "Outra questão é a taxa de juros, que ainda está muito alta", diz. Ela lembra que os juros elevados acabam sendo consequências do Plano Real. **(JG)**

Valquíria Aparecida Assis destaca a retomada do poder de compra dos assalariados FOTO: DIVULGAÇÃO / CAMILA LUZ

Objetivos foram totalmente atingidos, diz Paulo Paiva

O atual professor da Fundação Dom Cabral (FDC) e ex-ministro do Trabalho e do Planejamento e Orçamento no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995-1999, Paulo Paiva, afirma que o Plano Real foi o mais bem sucedido programa de estabilização da história do Brasil. "Os números falam por si, já são 30 anos de inflação bem comportada, um recorde histórico. Seus objetivos foram plenamente atingidos", analisa.

Ele observa que os efeitos do Plano Real são claros, como a redução da inflação por 30 anos, que é um bem público, melhorando a vida das pessoas e das empresas. "A inflação é um mal que desestabiliza a democracia e paralisa a economia. Para garantir o bem-estar coletivo é necessário buscar sempre garantir o poder de compra da moeda", diz. Para Paiva, manter a estabilidade monetária deve ser um objetivo da nação.

Ele destaca que o Plano Real eliminou a hiperinflação, trouxe previsibilidade para as decisões econômicas e financeiras. O ex-ministro de FHC lembra que, no primeiro ano do Real (julho de 1995), foram feitos vários ajustes para garantir sua implementação. "Cito a desindexação dos salários (1995), a responsabilidade fiscal (LRF) (2000) e a autonomia do Banco Central (2021)", observa.

Paiva atribui o sucesso à aliança entre conhecimento técnico e liderança política FOTO: DIVULGAÇÃO / FDC

Paiva explica que o sucesso do Plano Real baseou-se na aliança entre conhecimento técnico com liderança política. Ele observa que a equipe econômica trazia experiências fracassadas, como o Plano Cruzado, e conhecia os diferentes planos executados mundo afora, com seus acertos e erros, e acrescenta que a ideia da criação da Unidade Real de Valor (URV) foi fundamental para o sucesso do plano.

Liderança de Itamar - Ele ressalta a importância da liderança política do então presidente Itamar Franco, que depois de vários ministros da Fazenda, entregou a tarefa ao então senador Fernando Henrique Cardoso, que agregou o que de melhor havia no País de economistas para sua equipe econômica.

"Ele usou sua competência política para negociar com o Congresso a aprovação das medidas legais necessárias e explicar para o País o que seria feito e porquê. E Itamar Franco colocou sua autoridade de chefe de Estado e do Governo para garantir a execução do Plano Real, em ambiente de instabilidade política e de consolidação da democracia", observa.

Paulo Paiva observa que medidas complementares ao Plano Real trouxeram condições de alívio para a gestão financeira de Minas Gerais, como a reestruturação do sistema financeiro público, privatizando os bancos comerciais estatais e a reestruturação da dívida pública do Estado que, "lamentavelmente, voltou a crescer neste século".

Apesar de bem avaliado por boa parte dos economistas, o Plano Real não é unanimidade. Antes do lançamento da nova moeda, a economista Maria da Conceição Tavares, falecida neste ano, chegou a qualificar o plano de "maquiavélico", tecnicamente "imelhorável" e "Cruzado dos ricos", por impedir que os pobres e a classe média soubessem, sequer, a perda que teriam em seus salários. **(JG)**

Inflação em BH sobe acima da média nacional no Plano Real

MOEDA Nos últimos 30 anos, o IPCA calculado pelo Ipead registrou aumento de 789,3% na capital mineira enquanto no País o indicador do IBGE apresentou elevação de 708%

MARCO AURÉLIO NEVES

Nos 30 anos de existência do Plano Real, o custo de vida da Capital subiu mais do que a média no País. Levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead) aponta que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo de Belo Horizonte (IPCA-BH), calculado pela entidade, registrou alta de 789,93% de julho de 1994 a junho de 2024, enquanto o IPCA do Brasil, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), subiu 708%.

O economista da Ipead, Diogo Santos, explica que o crescimento do indicador belo-horizontino acima da média nacional, nesses 30 anos da moeda brasileira, foi impulsionado por dinâmicas próprias da cidade, observadas na alimentação, principalmente a realizada fora da residência, e nos produtos administrados, que englobam tarifas com transporte, energia e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

"Ocorreu uma dinâmica aqui em Belo Horizonte em que provavelmente a disponibilidade da oferta da alimentação fora da residência não foi suficiente para conseguir controlar um pouco os preços", afirma Diogo Santos. De fato, em 30 anos do Real, o grupo alimentação registrou uma inflação de 1.021,20% na Capital, bem acima do IPCA-BH.

O subgrupo alimentação fora da residência impulsionou a alta geral, com expressivos 1.132,03% de crescimento, enquanto a alimentação na residência registrou uma inflação de 979,87%. Santos aponta que o crescimento econômico impulsiona a alimentação fora da residência, tanto pelo aumento da renda quanto por necessidades profissionais.

Durante a década mais próspera do Plano Real, entre 2004 e 2014, um dos fatores que podem explicar a alta do subgrupo, é que a oferta da alimentação fora da residência em Belo Horizonte não conseguiu acompanhar o aumento da demanda ocorrido no período de maior crescimento econômico e menores taxas de desemprego.

A década de 2004 a 2014, inclusive, foi o período com a menor perda de poder de compra da Capital, quando o IPCA-BH registrou alta acumulada de apenas 72,19%. O IPCA-BH acumulou o maior crescimento durante a primeira década do Plano Real (1994 a 2004), com variação de 167,54%. Nos últimos dez anos (2014 a 2024), o crescimento acumulado da inflação belo-horizonte foi de 93,18%.

Diogo Santos também destaca o crescimento acima da média nacional e do IPCA-BH do grupo dos produtos administrados (1.176,59%), composto por custos particulares dos locais, como tarifas de energia, transporte público, combustíveis, comunicação e IPTU. "Outro fator que possivelmente impactou essa elevação do custo de vida maior em BH foi também os reajustes desses preços administrados", disse.

> **"O crescimento da cesta básica demonstra que seja necessário Belo Horizonte pensar em como melhorar sua estrutura de abastecimento de alimentos"**
>
> Diogo Santos

O preço da alimentação fora da residência deu um salto de 1.132,03% em 30 anos do Plano Real em Belo Horizonte FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE

Cesta - Em três décadas, a inflação da cesta básica em BH foi de 1.247,55%. Somente óleo de soja (586,94%) e feijão carioquinha (775,69%) registraram acúmulos de preços abaixo do IPCA-BH. O economista da Ipead afirma que é normal o índice da cesta básica crescer acima da inflação total, pelo maior consumo oriundo de maior renda. "Agora o crescimento bastante expressivo da cesta básica também demonstra que talvez seja necessário Belo Horizonte pensar em como melhorar sua estrutura de abastecimento de alimentos", ressalta.

Nos primeiros dez anos do Plano Real, o belo-horizontino gastou dois terços (65,01%) do salário mínimo para adquirir uma cesta básica. Nos 20 anos seguintes, essa proporção caiu para menos da metade do pagamento salarial (48%). Atualmente, é necessário gastar 52,15% do salário mínimo para comprar uma cesta básica em BH.

Santos pontua que, por mais que o IPCA-BH esteja acima da inflação nacional nesses 30 anos, o descolamento não é tão grande. Ou seja, o controle inflacionário ocorrido no País também aconteceu na Capital. Mas é importante analisar a estrutura de oferta de alimentos, seja na cadeia produtiva ou no comércio. "Certamente uma preocupação é com essa estrutura de oferta de alimentos, de modo a ter uma pressão menor sobre o custo cesta básica", avalia.

Indicadores Econômicos

Dólar

		28/06/2024	27/06/2024	26/06/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,5880	R$ 5,5070	R$ 5,5180
	VENDA	R$ 5,5880	R$ 5,5080	R$ 5,5190
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,5583	R$ 5,5223	R$ 5,5091
	VENDA	R$ 5,5589	R$ 5,5229	R$ 5,5097
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,6150	R$ 5,5520	R$ 5,5400
	VENDA	R$ 5,7950	R$ 5,7320	R$ 5,7200

Fonte: BC

Inflação

Índices	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-1,93%	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,28%	-0,34%
IPC-Fipe	-0,03%	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	1,61%	2,65%
IGP-DI (FGV)	-1,45%	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,60%	0,88%
INPC-IBGE	-0,10%	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	2,42%	3,34%
IPCA-IBGE	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	2,27%	3,93%
IPCA-IPEAD	0,35%	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	3,78%	6,04%

TR/Poupança

22/05 a 22/06	0,0904	0,5909
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914
01/06 a 01/07	0,0365	0,5367
02/06 a 02/07	0,0626	0,5629
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853
06/06 a 06/07	0,1133	0,6139
07/06 a 07/07	0,0603	0,5606
08/06 a 08/07	0,0391	0,5393
09/06 a 09/07	0,0655	0,5658
10/06 a 10/07	0,0920	0,5925
11/06 a 11/07	0,0883	0,5887
12/06 a 12/07	0,0963	0,5968
13/06 a 13/07	0,0945	0,5950
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679
15/06 a 15/07	0,0399	0,5401
16/06 a 16/07	0,0660	0,5663
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921

Ouro

	28/06/2024	27/06/2024	26/06/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.326,73	US$ 2.327,97	US$ 2.298,24
BM&F-SP (g)	R$ 416,04	R$ 412,72	R$ 407,47

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	-0,05	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14
UPC (R$)	24,06	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,28	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Junho	1,07	13,75
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50

Reservas Internacionais

27/06.. US$ 357.963 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7929	0,8103
COLON/COSTA RICA	35	0,3621	0,3645
COLON/EL SALVADOR	40	0,01057	0,01067
COROA DINAMARQUESA	55	0,7983	0,7984
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03999	0,04009
COROA NORUEGUESA	65	0,5213	0,5215
COROA SUECA	70	0,5242	0,5244
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5132	1,5135
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,7096	3,7106
DOLAR/BAHAMAS	155	5,5583	5,5589
DOLAR CANADENSE	165	4,0604	4,062
DOLAR DA GUIANA	170	0,02641	0,02673
DOLAR CAYMAN	190	6,6566	6,7381
DOLAR CINGAPURA	195	4,0987	4,1016
DOLAR HONG KONG	205	0,7118	0,7119
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8143	0,8227
DOLAR DOS EUA	220	5,5583	5,5589
FORINT/HUNGRIA	345	0,01506	0,01508
FRANCO SUICO	425	6,1807	6,1821
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007372	0,0007376
IENE	470	0,03455	0,03456
LIBRA/EGITO	535	0,1156	0,1159
LIBRA ESTERLINA	540	7,0229	7,0259
LIBRA/LIBANO	560	0,000062	0,0000621
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004275	0,0004276
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1711	0,1713
NOVO SOL/PERU	660	1,4484	1,45
PESO ARGENTINO	665	0,06666	0,06668
PESO CHILE	715	0,005897	0,005901
PESO/COLOMBIA	720	0,001339	0,001342
PESO/CUBA	725	0,2316	0,2316
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09381	0,09443
PESO/FILIPINAS	735	0,09501	0,09506
PESO/MEXICO	741	0,3042	0,3044
PESO/URUGUAIO	745	0,1409	0,141
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7144	0,7164
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002639	0,002655
RENMINBI HONG KONG	796	0,7615	0,7616
RIAL/CATAR	800	1,5243	1,5251
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4815	1,4818
RINGGIT/MALASIA	828	1,1776	1,179
RUBLO/RUSSIA	830	0,06482	0,06483
RUPIA/INDIA	860	0,06666	0,06671
WON COREIA SUL	930	0,00403	0,004032
EURO	978	5,9535	5,9547

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Fevereiro/2024	Abril/2024	0,001024	0,001903
Março/2024	Maio/2024	0,003491	0,005895

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

16/06	0,01364607	3,04581987
17/06	0,01364607	3,04581987
18/06	0,01364633	3,04587803
19/06	0,01364675	3,04597170
20/06	0,01364731	3,04609778
21/06	0,01364789	3,04622524
22/06	0,01364815	3,04628524
23/06	0,01364815	3,04628524
24/06	0,01364815	3,04628524
25/06	0,01364844	3,04634859
26/06	0,01364888	3,04644749
27/06	0,01364947	3,04657857
28/06	0,01365003	3,04670440
29/06	0,01365044	3,04679591
30/06	0,01365044	3,04679591

Fonte: Fenaseg

TBF

26/05 a 26/06	0,7687
27/05 a 27/06	0,8054
28/05 a 28/06	0,8015
29/05 a 29/06	0,7998
30/05 a 30/06	0,7635
31/05 a 01/07	0,7635

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Maio	1,0393
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

Agenda Federal

Dia 28

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005) no período de 1º a 15.06.2024. Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração mensal - Pagamento do Imposto de Renda devido no mês de maio/2024 pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do imposto por estimativa (art. 5º da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração trimestral - Pagamento da 3ª quota do Imposto de Renda devido no 1º trimestre de 2024, pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral com base no lucro real, presumido ou arbitrado, acrescida da taxa Selic do mês de maio/2024, mais 1% de juros (art. 5º da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido sobre ganhos líquidos auferidos no mês de maio/2024, por pessoas jurídicas, inclusive as isentas, em operações realizadas em bolsas de valores de mercadorias, de futuros e assemelhadas, bem como em alienações de ouro, ativo financeiro, e de participações societárias, fora de bolsa (art. 923 do RIR/2018). Darf Comum (2 vias)

IRPJ/Simples Nacional - Ganho de Capital na alienação de Ativos - Pagamento do Imposto de Renda devido pelas empresas optantes pelo Simples Nacional incidente sobre ganhos de capital (lucros) obtidos na alienação de ativos no mês de maio/2024 (art. 5º, § 6º, da Instrução Normativa SRF nº 608/2006) - Cód. Darf 0507. Darf Comum (2 vias)

IRPF - Carnê-leão - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre rendimentos recebidos de outras pessoas físicas ou de fontes do exterior no mês de maio/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 0190. Darf Comum (2 vias)

IRPF - Lucro na alienação de bens ou direitos - Pagamento, por pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, do Imposto de Renda devido sobre ganhos de capital (lucros) percebidos no mês de maio/2024 provenientes de (art. 915 do RIR/2018):
a) alienação de bens ou direitos adquiridos em moeda nacional - Cód. Darf 4600;
b) alienação de bens ou direitos ou liquidação ou resgate de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira - Cód. Darf 8523. Darf Comum (2 vias)

IRPF - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados, bem como em alienação de ouro, ativo financeiro, fora de bolsa, no mês de maio/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 6015. Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração mensal - Pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro devida, no mês de maio/2024, pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do IRPJ por estimativa (art. 28 da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração trimestral - Pagamento da 3ª quota da Contribuição Social sobre o Lucro devida no 1º trimestre de 2024 pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do IRPJ com base no lucro real, presumido ou arbitrado, acrescida da taxa Selic do mês de maio/2024 mais 1% de juros (art. 28 da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

Refis/Paes - Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº 9.964/2000; e pelas pessoas físicas e jurídicas optantes pelo Parcelamento Especial (Paes) da parcela mensal, acrescida de juros pela TJLP, conforme Lei nº 10.684/2003. Darf Comum (2 vias)

Refis - Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº 11.941/2009. Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - Profut (Parcelamento de débitos junto à RFB e à PGFN) - Pagamento da parcela mensal, acrescida de juros da Selic e de 1% do mês de pagamento, decorrente do parcelamento de débitos das entidades desportivas profissionais de futebol, nos termos da Lei nº 13.155/2015 e da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.340/2015.

VARIEDADES

Celebração pelos 10 anos da Frente da Gastronomia Mineira

A Frente da Gastronomia Mineira (FGM) vai promover um dia todo voltado para a gastronomia, na Casa Fartura, em comemoração aos seus 10 anos. Será nesta segunda-feira, (1º de julho) e, aproveitando a data, vão ser comemorados também os cinco anos em que Belo Horizonte ganhou o título de Cidade Criativa da Gastronomia e, principalmente, o Dia da Gastronomia, que é comemorado no dia 2 de julho.

Segundo o coordenador da FGM, Edson Puiati, é uma data muito importante para a entidade. Afinal, são 10 anos em prol da gastronomia mineira, com ações envolvendo os chefs e pessoas ligadas à gastronomia para promover melhorias para o setor. "Convido a todos a prestigiarem nossos colegas neste dia de festa. Juntos, vamos transformar ideias em ação e inspirar o futuro que desejamos construir. As grandes conquistas começam com pequenas ações", comemora Puiati.

A Casa Fartura vai receber desde as 9h chefs que vão falar de comidas, bebidas, harmonizações e degustações. O evento vai até às 18h, com inscrições gratuitas pelo Sympla. Vale ressaltar que, em maio, a FGM foi agraciada na Assembleia Legislativa de Minas com o diploma referente ao voto de congratulação pelos 10 anos de atuação.

Na programação, dentre outros encontros, tem "Workshop foodstyling e fotografia gastronômica", com Nashila Cedro; cozinha show com a receita de bolo de ora-pro-nóbis com queimadinho, com o chef Renato Lobato; aula prática "Chocolate Bean To Bar" com degustação, com Carlos Henrique Melo Moreira e Sany Alves de Macedo, além de um bate-papo sobre cachaças e degustação de empanadas chilenas, que vau reunir Carolina Pizarro e Léo Gomes

Casa Fartura vai promover nesta segunda-feira evento de 10 anos da FGM FOTO: DIVULGAÇÃO / NEREU JR

A FGM - A Frente da Gastronomia Mineira (FGM) foi criada em maio de 2014 e é um movimento que envolve pessoas físicas ou jurídicas, todos voluntários, que atuam de forma colaborativa em prol da pesquisa, desenvolvimento, valorização da identidade, promoção e defesa da gastronomia de Minas Gerais. Hoje, a Frente promove ações voltadas para a gastronomia e todas as informações são divulgadas pelas suas redes sociais: Instagram, Facebook e WhatsApp.

"A Frente da Gastronomia Mineira foi criada em maio de 2014 e atua de forma colaborativa em prol da pesquisa e valorização da gastronomia do Estado"

Serviço

Casa Fartura
Endereço: Rua Rio de Janeiro, 2076 – Lourdes
Data: 1º de julho (segunda-feira)
Convites gratuitos: *sympla.com.br*
Programação completa pelo Instagram: *@frentedagastronomiamineira*

Férias tem cinema no Cine Theatro Brasil Vallourec

Os cinéfilos terão uma programação extensa no mês de julho dentro da Mostra de Cinema Cine Theatro Brasil Vallourec, com o projeto Segunda no Cine. A edição do mês trará aos espectadores uma programação especial de férias, com dois filmes todas as segundas-feiras, às 16 e às 19h30, com uma temática imperdível, que é pura nostalgia!

De acordo com o curador do Segunda no Cine, Rodrigo Azevedo, são histórias que atravessam gerações. "São crônicas estéticas que nos conduzem a uma compreensão mais profunda das tensões e evoluções que moldam a percepção e os desafios do que é amadurecer no mundo que nos envolve", aponta ele.

Assim, todos serão convidados a testemunhar a jornada emocional e psicológica de jovens em transição para a idade adulta, um momento conhecido como coming of age. "Ao examinar como esses personagens lidam com questões como identidade, sexualidade, classe social e pertencimento cultural, podemos não apenas entender melhor as experiências individuais retratadas, mas ampliar nossa compreensão da diversidade de experiências da juventude", conta.

A programação foi dividida em quatro temáticas, entre diferentes modos de dizer "Era Uma Vez"; A Poética da Juventude; Pelo Olhar de John Hughes e Entender o Mundo Através dos Afetos. Entre os longas a serem apresentados, estão clássicos como "Branca de Neve e os Sete Anões", "Curtindo a Vida Adoidado", "Os Incompreendidos", Sociedade dos Poetas Mortos", dentre outros.

As exibições acontecem no Teatro Câmara, com ingressos a R$ 10 (inteira) e R$ 5 (meia). Ao final de cada exibição do Segunda no Cine, um especialista ou cinéfilo convidado participa de uma sessão comentada e abre uma conversa com o público sobre aspectos temáticos e estilísticos referentes ao filme que acabaram de ver.

"Sociedade dos Poetas Mortos, um clássico, estará na programação do projeto "Segunda no Cine" FOTO: DIVULGAÇÃO / CINE THEATRO BRASIL VALLOUREC

Toda a programação dos filmes e os dias respectivos pode ser acessada no site: *https://www.cinetheatrobrasil.com.br*. A estreia desta segunda-feira (1º) é com "Conta Comigo" (Stand By Me), de 1986, do diretor Rob Reiner, excepcionalmente às 19h.

Diário do Comércio no 2º Data Day

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) promove, nesta terça-feira (2/7), na ESPM TECH, em SP, o 2º Data Day. Com o tema "Inteligência artificial: ferramentas e oportunidades", o evento apresentará as últimas tendências e inovações em inteligência artificial (IA) para profissionais das empresas de comunicação. É uma oportunidade para se aprender sobre o papel crescente da IA na produção de conteúdo, produtividade, etc. Estarão reunidos especialistas em IA e profissionais em tecnologia digital para compartilhar experiências. Serão seis painéis, entre eles, "Novos profissionais e IA: o que vem pela frente?", que terá a mediação do gestor de BI e TECH do Diário do Comércio, Breno Ribeiro. Debaterão o tema o professor de Jornalismo da ESPM, Antonio Rocha Filho, e a editora de IA da Folha de S.Paulo, Dani Braga.

Fórum Estadual de Formação Esportiva

O Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), a Federação dos Clubes de Minas Gerais (Fecemg), o Minas Tênis Clube e a subsecretaria de Estado de Esportes vão realizar o Fórum Estadual de Formação Esportiva em MG. O evento será na quarta-feira (3/7) na sede do MTC, em BH. e tem O apoio do Comitê Olímpico do Brasil (COB) e do Ministério do Esporte. O fórum apresentará palestras motivacionais, destacando-se pela presença dos embaixadores do CBC, Maurren Maggi, André Heller e Emanuel Rego, ícones do esporte nacional, campeões olímpicos e mundiais. "Nosso objetivo é levar informações sobre o Programa de Formação de Atletas do CBC a todas as regiões de Minas, destacando a relevância do CBC e da Rede Nacional de Clubes Formadores de atletas em nosso País", afirma o presidente da Fecemg, Marcolino de Oliveira.

Sessão extra: Filarmônica e Corpo

Ótima notícia para o público. Foi aberta uma sessão extra para a apresentação "Filarmônica e Grupo Corpo em concerto" no dia 7 de julho, às 18h, na Sala Minas Gerais. As duas companhias mineiras sobem ao palco novamente, agora de 4 a 7 de julho, para apresentar o balé Estância, do compositor argentino Alberto Ginastera, cuja estreia no Brasil aconteceu em agosto de 2023 na celebração dos 15 anos da Filarmônica. Os ingressos para a sessão extra estão à venda no site *www.filarmonica.art.br* e na bilheteria da Sala Minas Gerais.

FOTO: DIVULGAÇÃO / JOSÉ LUIZPEDERNEIRAS

Festival Internacional de Corais

O Festival Internacional de Corais (FIC) está de volta para sua 22ª edição, prometendo encantar o público com uma celebração da riqueza cultural e das facetas de Minas. Ao longo do ano, serão realizadas diversas atrações musicais em vários espaços e gratuitas. Hoje (29), das 15h às 17h, o Museu Casa Kubitschek, na Pampulha, receberá as apresentações de quatro corais. Neste domingo (30), às 17h, é a vez da Igrejinha da Pampulha receber os corais "Madrigal Scala" e "Coral Dom Helder".

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067